

Universidade de Santo Amaro
Curso de Serviço Social

**Associativismo e arte como alternativas de
construção de vida dos portadores de
necessidades especiais.**

Carolina de Fátima Hipolito
Dalvadisnia Almeida Rodrigues
Fabiano Macedo da Silva

**Monografia apresentada ao curso de
Serviço Social para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.**

**Orientador: Profa. Dra. Giuseppina De
Grazia.**

São Paulo
2008

**Associativismo e arte como alternativas de
construção de vida dos portadores de
necessidades especiais.**

**Carolina de Fátima Hipolito
Dalvadisla Almeida Rodrigues
Fabiano Macedo da Silva**

**Monografia apresentada ao curso de
Serviço Social para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.**

**Orientador: Profa. Dra. Giuseppina De
Grazia.**

**São Paulo
2008**

**Associativismo e arte como alternativas de
construção de vida dos portadores de
necessidades especiais.**

**Carolina de Fátima Hipolito
Dalvadisnia Almeida Rodrigues
Fabiano Macedo da Silva**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Data de aprovação 18/11/2008

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Giuseppina De Grazia

Prof. Mestre Jayson Vaz Guimarães (Leitor)

CONCEITO FINAL: 9,5

Agradeço em primeiro lugar a Deus que fez com que eu viesse ao mundo com uma missão a cumprir. A toda minha família, em especial aos meus pais, Expedito e Mariza, que sempre me deram força para continuar sem desanimar. Aos meus amigos (as) que por muitas vezes entenderam a minha ausência. A Assistente Social e Supervisora de Estágio, Débora Pastro, que tem grande contribuição nessa minha formação, e entendeu os momentos que tive que me ausentar para realizar este trabalho. A professora Giuseppina que nos orientou trazendo grandes contribuições e um novo olhar para as situações de angústias. Ao professor Jayson, leitor do nosso trabalho, que também trouxe grandes contribuições. A Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda. e aos pintores (Daniela Caburro, Eliana Zagui, Gonçalo Borges e Etedsued Pereira Carvalho) que nos receberam sempre muito bem, contribuíram e acreditaram no nosso trabalho. Aos meus companheiros pesquisadores, Dalva e Fabiano, e a todos os professores e colegas da sala de aula que contribuíram com dicas e empréstimos de materiais.

E por último só me resta dizer uma coisa, esse trabalho só foi possível com a contribuição de todos vocês.

Carolina de Fátima Hipolito

Agradeço à Deus por ter me dado forças para enfrentar este grande desafio que eu precisava para crescer e me tornar uma pessoa melhor. A Warnele Slikta, minha grande amiga que me incentivou a ingressar na Universidade, doando seu tempo e conhecimento pelo simples prazer em ajudar. As Assistentes Sociais e supervisoras de estágio, Beatriz, Sueli e Malú que através de suas experiências me proporcionaram conhecimentos para a minha formação acadêmica. Ao Ademar, meu esposo pelo seu amor, companheirismo, paciência e valiosa ajuda no decorrer destes quatro anos de graduação. Aos meus filhos Roberta e Júnior, pela compreensão, ajuda e principalmente por acreditarem em mim. A minha filha Claudia, companheira,

amiga, dedicada que com seu incentivo e apoio incondicional, contribuiu para que este trabalho se tornasse realidade, estando presente nos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica. A Mariana Marconi da Associação dos Pintores com a Boca e os Pés, que nos forneceu materiais para nossa pesquisa e desenvolvimento do trabalho. Aos pintores Daniela Caburro, Eliana Zagui, Gonçalo Borges, Etedsued Pereira Carvalho que enriqueceram nosso trabalho, deixando uma grande lição de vida. A professora Giuseppina (orientadora), e professor Jayson (leitor), de quem tive o privilégio de ser aluna, e que com suas críticas ajudaram para a construção deste trabalho. Aos meus amigos e companheiros Carolina de Fátima Hipólito e Fabiano Macedo da Silva.

Enfim, agradeço a todos que compartilharam do meu sonho!

Dalvadisía Almeida Rodrigues

Agradeço primeiramente a Deus, o autor e mantenedor da minha existência. A minha querida e maravilhosa mãe, Maria de Lourdes (In Memoriam), que sempre acreditou em mim. A minha amada esposa, Júlia, que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida. E também aos meus irmãos, enfim a toda minha família e amigos.

Quero expor aqui a frase que mais me incentivou para obtenção do título de bacharel.

Muito conhecimento nos aproxima de Deus, pouco conhecimento nos afasta de Deus.

Fabiano Macedo da Silva

"Deficiente" é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

"Louco" é quem não procura ser feliz com o que possui.

"Cego" é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

"Surdo" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

"Mudo" é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"Paralítico" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"Diabético" é quem não consegue ser doce.

"Anão" é quem não sabe deixar o amor crescer. E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:

"Miseráveis" são todos que não conseguem falar com Deus.

DEFICIÊNCIAS - Mario Quintana

Resumo

A população que está fora do mercado formal de trabalho e vive no mercado informal, sem ter a carteira profissional assinada, esta classe luta para sobreviver desta maneira desprotegida pelas leis trabalhistas. Manter-se vivo, não é somente ter alimento para saciar a fome, mas também envolve questões mais profundas como a justiça e o direito. Se as pessoas que não possuem nenhuma necessidade especial, encontram dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho, as pessoas com necessidades especiais terão muito mais dificuldades, pois não temos uma sociedade adaptada para garantir o ir e vir dessas pessoas, assim como os demais direitos. Apesar de estar garantido em lei, cotas para as pessoas que possuem necessidades especiais, aparentes ou não, isso não é cumprido por todas as empresas, as quais muitas não estão adaptadas para receber o portador de necessidades especiais e garantir a equiparação de oportunidades. Diante destas questões, este trabalho trata sobre a situação atual do mercado de trabalho, as conquistas já obtidas pelos portadores de necessidades especiais, o associativismo como uma alternativa diante das dificuldades apresentadas no âmbito do trabalho, o desenvolvimento de um trabalho através da arte como meio de prazer e realização profissional. Também é apresentada a estrutura e organização da Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda., bem como a análise das entrevistas com os sujeitos da pesquisa e as considerações finais dos pesquisadores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - TRABALHO, PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS, ASSOCIATIVISMO E ARTE.	15
1 PRECARIZAÇÃO E DESEMPREGO: A SITUAÇÃO ATUAL DO MERCADO DE TRABALHO	15
1.1 TRAJETÓRIA E CONQUISTAS DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NO ÂMBITO DO TRABALHO	22
1.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ASSOCIATIVISMO	28
1.3 ARTE COMO ALTERNATIVA DE TRABALHO CRIATIVO QUE GERA PRAZER E REALIZAÇÃO	33
CAPÍTULO 2 - A ASSOCIAÇÃO DOS PINTORES COM A BOCA E OS PÉS LTDA.	38
2 A ORIGEM DA ASSOCIAÇÃO	38
2.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	39
CAPÍTULO 3 - CONSTRUÇÃO DE VIDA, TRABALHO ARTÍSTICO, PRAZER E REALIZAÇÃO.	43
3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	62
ANEXOS	
Anexo 1 - Tradução do Estatuto da Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda	67
Anexo 2 - Legislação sobre o Portador de Necessidades Especiais	72
Anexo 3 - Roteiro das Entrevistas	81
Anexo 4 - Termo de Consentimento	84
Anexo 5 - Alguns países em que a APBP está presente	88
Anexo 6 - Fotos	89

Lista de Quadros

Quadro 01 - Percentual de vagas destinadas ao portador de necessidade especial nas empresas de acordo com número de funcionários	23
Quadro 02 - Número de empresas de acordo com a Lei de Cotas e contratações de pessoas com necessidades especiais	24
Quadro 03 - Resumo em ordem cronológica da Legislação e principais ações relacionadas aos portadores de necessidades especiais	27

Lista de Figuras

- Figura 1 - Organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil 29
- Figura 2 - Trajetória da Economia Solidária, segundo a forma de organização 30

Lista de Siglas Utilizadas

APBP - Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda.

BPC - Benefício de Prestação Continuada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

OAB - SP - Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional São Paulo

ONU - Organização das Nações Unidas

PRODAM - Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo

SEBRAE - Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

INTRODUÇÃO

A questão social¹ passou a ser assim denominada em 1830 paralelamente ao desenvolvimento capitalista, e perdura até os dias de hoje, com suas múltiplas expressões, entre elas, o desemprego e o preconceito.

Na sociedade, é possível observar as pessoas que estão excluídas da participação social, seja por aspectos culturais, econômicos, étnicos e de gênero ou até mesmo pelas limitações que possa ter ou adquirir no decorrer de sua vida social. Mais especificamente, os portadores de necessidades especiais, que além das barreiras econômicas e sociais, enfrentam também as barreiras físicas, que restringe o seu direito de ir e vir.

O preconceito e a exclusão podem ser uma presença constante na vida dos portadores de necessidades especiais, o que muitas vezes contribui para a ocorrência da segregação social² dessas pessoas. Um exemplo disso é falta de acessibilidade³.

¹ “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalho livre’, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, característica étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (...) Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, forjados ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2000, p. 16-17).

² “Política destinada a separar e isolar certos indivíduos ou grupos sociais ou étnicos do convívio com a parcela dominante da sociedade” (SANTOS, 2004, p.257).

³ “A acessibilidade significa a possibilidade de acesso do portador de necessidade especial, mas não apenas de seu acesso físico aos locais e, sim antes, de seu acesso ao desenvolvimento sadio de sua personalidade com vistas à garantia de sua dignidade humana” (BOLONHINI JUNIOR, 2004, p.198).

A acessibilidade não se refere somente ao meio físico, envolve o ambiente físico, como as edificações e os transportes e também o acesso à educação, ao trabalho, etc.

São barreiras como essas que os portadores de necessidades especiais podem encontrar em seu cotidiano, restringindo a sua liberdade e a sua autonomia.

É necessário garantir o acesso universal do portador de necessidades especiais aos equipamentos urbanos, a circulação em áreas públicas, aos sistemas de transportes, para que haja o respeito de seus direitos fundamentais.

É importante ressaltar a questão do trabalho, pois nem sempre o portador de necessidades especiais possui o direito de escolher o exercício de uma profissão, em virtude de uma grande parcela dos empregadores não acreditarem nas potencialidades desses sujeitos e terem a concepção que eles não são produtivos o suficiente e, por isso, pouco lucrativos.

Entendemos que o ser humano, independente de suas limitações, pode realizar atividades de qualquer natureza, realizando uma prática consciente, capaz de possibilitar transformações e permitir a descoberta de novas capacidades e potencialidades.

O interesse em estudar as questões relacionadas aos portadores de necessidades especiais surgiu de uma consonância entre os pesquisadores⁴, na perspectiva dos portadores de necessidades especiais como protagonistas da superação de suas limitações através da arte. Procurar pela “Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda.”, foi uma decorrência desse interesse.

⁴ Carolina de Fátima Hipólito, Dalvadásia Almeida Rodrigues e Fabiano Macedo da Silva.

Ao escolher o tema para o trabalho de conclusão de curso, o primeiro passo foi realizar uma visita ao ateliê de um dos pintores e conhecer o trabalho realizado pelos membros associados.

Nesse contato inicial foi possível conhecer a importância desta associação na vida dos pintores, através dos seus trabalhos.

A Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda., foi fundada em 1956 por Arnulf Erich Stegman, no Principado de Liechtenstein, na Suíça. No Brasil, existe há aproximadamente 07 anos. Tem por objetivo incentivar as pessoas portadoras de necessidades especiais, que são incapacitadas de pintar usando as mãos, a aperfeiçoar a pintura com a boca e os pés. Vale ressaltar que não se trata de uma associação beneficente, sendo portanto entendida como uma associação que possibilita aos artistas associados se manterem financeiramente com a venda de pintura em forma de cartões, calendários e outros artigos.

A partir da limitação física e da retração do trabalho formal, homens e mulheres organizaram-se para intervir na realidade e superar as dificuldades decorrentes do desemprego.

Esta pesquisa mostra-se relevante no sentido de entender a realização profissional de pessoas, enquanto seres humanos portadores de qualidades e necessidades.

Neste sentido, este trabalho procurou responder às seguintes indagações: Qual o papel da associação na vida dos pintores? Que estratégias de construção de trabalho possibilita? Quais possibilidades os portadores de necessidades especiais têm de uma vida de cidadania e resgate de sua auto-estima?

Possui como objetivos entender as transformações ocorridas na vida dos pintores com a boca e os pés, através do desenvolvimento de um trabalho associado que permite a criação artística; entender as

transformações ocorridas no mundo do trabalho e as perspectivas de trabalho para os portadores de necessidades especiais; compreender as perspectivas existentes com relação ao trabalho associado e entender a arte como uma atividade humana e criadora, capaz de transformar uma determinada realidade.

O trabalho está estruturado em capítulos que estão dispostos de uma maneira distinta, são eles:

O Capítulo 1 que traz uma discussão teórica acerca da problematização da precarização do trabalho no momento atual, da trajetória e conquistas das pessoas portadoras de necessidades especiais na esfera do trabalho, da trajetória histórica do associativismo e da arte como uma atividade que gera prazer e realização.

O Capítulo 2 faz uma apresentação analítica da Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda., abordando a origem, estrutura e organização dessa associação.

No Capítulo 3 apresentamos o resultado da pesquisa de campo, seguido de uma análise baseada na reflexão a partir das discussões teórica.

A metodologia de trabalho utilizada é a pesquisa qualitativa, tendo como fonte a pesquisa bibliográfica, e os instrumentos de pesquisas com base nas entrevistas semi-estruturadas.

E as Considerações Finais, na qual os pesquisadores propõem ações que possam contribuir com o desenvolvimento da associação e de seus associados.

CAPÍTULO 1 – TRABALHO, PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS, ASSOCIATIVISMO E ARTE.

1 PRECARIZAÇÃO E DESEMPREGO: A SITUAÇÃO ATUAL DO MERCADO DE TRABALHO.

Entender o trabalho no mundo contemporâneo é importante para compreender o significado do trabalho, as transformações dos modelos produtivos e conhecer as novas alternativas que surgem diante da precarização do trabalho e do desemprego.

Para o nosso tema, o trabalho surge como ponto principal da reprodução do modo de vida do ser social, mas com a retração do mercado formal é necessário buscar novas alternativas de superação ao desemprego.

Muitos portadores de necessidades especiais⁵ possuem algum tipo de limitação séria, e nesse caso não precisariam trabalhar, pois existe o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁶, o qual é garantido por lei. No caso dos sujeitos de pesquisa do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), eles não querem depender desse benefício com um valor que em muitos casos não garante a reprodução do modo de vida de uma maneira digna, e sim trabalhar para, além de garantir a sobrevivência, ter uma realização profissional.

⁵ A expressão “portador de necessidades especiais” abrange um grande número de situações que envolvem anomalias físicas, psíquicas e fisiológicas, muitas vezes de difícil caracterização. Ser portador de deficiência não implica necessariamente ter uma anomalia física visível, muitas vezes é ser aparentemente perfeita fisicamente e psicologicamente, embora apresente uma anomalia imperceptível determinada somente por perícia médica. (BOLONHINI JUNIOR, 2004, p. 18).

⁶ O BPC é um benefício assistencial, no valor de um Salário Mínimo, para idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência que possuam renda familiar inferior a ¼ do Salário Mínimo. O benefício é requerido nas agências da Previdência Social, e o beneficiário não precisa ter contribuído anteriormente para a Previdência Social (Folheto informativo da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – Prefeitura da Cidade de São Paulo).

Muitas vezes, as pessoas não conseguem se imaginar sem o trabalho. O mesmo está inerente as nossas vidas, dependemos dele para garantir o sustento de nossas famílias e sentir-se com um ser atuante na sociedade.

O trabalho é a categoria central na ontologia⁷ do ser social, pois vai além da garantia da subsistência. É através do trabalho que o homem se constrói e se transforma nesse processo como um todo, ou seja, não só transforma a natureza como se transforma a si mesmo; produz e reproduz a sua existência e permite a transição do ser biológico para o ser social distinguindo-se assim os homens dos animais. Desse modo reportamos a IAMAMOTO, que afirma:

Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística. É por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades (1999, p. 60).

Ao longo da história humana é possível associar o trabalho tanto a uma atividade que cria valores socialmente úteis como a atividades alienadas que não são pautadas na promoção humana e social.

Segundo MARX apud ANTUNES (2005, p.12) “trabalhar era ao mesmo tempo, necessidade eterna para manter o metabolismo social entre humanidade e natureza. Mas, sob o império (e o fetiche) da mercadoria, a atividade vital metamorfoseava-se em atividade imposta, extrínseca e exterior, forçada e compulsória”.

⁷ De acordo com as anotações da aula do dia 20 de Fevereiro de 2008, da Disciplina de Processos de Trabalho II, ontologia é o estudo da essência do ser, parte essencial do ser.

Estão presentes na sociedade estes dois tipos de trabalho: o trabalho consciente no qual o homem prevê finalidades e há um planejamento, mas também existe o trabalho alienado que tem uma predominância significativa no modelo atual de sociedade, no qual o homem exerce suas funções mecanicamente, sendo que ele não consegue “enxergar” o objetivo final de sua produção.

O trabalho alienado explora, aliena e escraviza o indivíduo, ele não dá sentido à vida do trabalhador, traz somente sua luta pela sobrevivência, e na maioria das vezes não existem conquistas e realização pessoal. Ele traz a subordinação, não ocorre a participação coletiva, o trabalhador não usufrui da sua própria produção. Não existe um domínio e controle sobre o que está fazendo e sua finalidade.

Quando a vida do ser humano só se resume exclusivamente ao trabalho alienado, pode se converter num esforço penoso, alienante e até mesmo aprisionador. Segundo ANTUNES (2005, p.14), “se por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos o seu potencial emancipador, deveríamos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social”.

No sistema capitalista o trabalho pertence ao capital e não ao trabalhador, ou seja, o trabalhador produz o produto, mas quem se apropria é quem comprou a força de trabalho.

O trabalhador vende sua força de trabalho totalmente desvalorizada para os donos do capital que aproveitam sua mão de obra barata para criar novas mercadorias e valorizar o seu lucro.

Este trabalhador que está inserido no mercado de trabalho, na maioria das vezes, sofre pressão e cobrança por produtividade no trabalho, com isso acaba dedicando-se mais tempo para corresponder às expectativas da empresa e tendo menos tempo para preocupar-se com a sua qualidade de

vida e desfrutar de suas horas de lazer e da convivência com seus familiares.

Nas empresas o lucro do capital e como ele será empregado estão nas “mãos” dos empregadores, e não há a participação dos trabalhadores. Todas as decisões já foram tomadas e resta somente aos trabalhadores acatar essas decisões.

O mercado de trabalho não garante emprego para todos, e com o avanço das políticas neoliberais e a implantação da reestruturação produtiva, nos anos 80 e 90, há a redução dos empregos e o aumento de trabalhos temporários, terceirizados e conseqüentemente a perda dos direitos trabalhistas.

Segundo os dados da Organização Internacional do trabalho (OIT) de 1996, quase um terço da força humana mundial está exercendo trabalhos parciais, precários, temporários ou já vivencia os sofrimentos do não trabalho, ou seja, do desemprego estrutural.

Neste contexto, mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as dificuldades da precarização do trabalho, centenas de milhões têm em seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural, porém o trabalho permanece como referência central.

A partir da década de 70, nos países centrais, inicia-se uma grande reestruturação produtiva com a implantação de um novo modelo produtivo, tecnológico e organizacional; essas mudanças nos processos de trabalho ocasionaram alterações no modo de ser da classe trabalhadora.

Esta década é caracterizada pela Revolução Tecnológica, na qual surgem máquinas capazes de substituir grande parte do trabalho humano. Essa substituição traz vantagens para os donos dos meios de produção, pois com as máquinas há um aumento da produtividade e diminuição dos custos, e com isso ocorre a substituição do homem pela máquina.

O modelo de produção taylorista-fordista deixa de ser o único modelo que domina os processos de trabalho, com o surgimento do toyotismo.

O toyotismo se desenvolve inicialmente no pós-guerra japonês. Com a crise do modelo taylorista-fordista passa a ser aplicado nos países ocidentais, surge um sistema produtivo para produzir de acordo com as necessidades do mercado. Está presente nesse modelo a flexibilização da mão de obra, na qual a empresa passa a terceirizar⁸ a sua mão de obra ao invés de contratar diretamente os trabalhadores.

Como conseqüência desse processo o mercado formal se torna mais restrito e exigente, e há um aumento do mercado informal, ou seja, uma parcela expressiva da população passa a viver de “bicos” e trabalhos temporários.

Do mesmo modo que o taylorismo, contribui para a alienação⁹ do trabalhador e faz com que ele não reconheça seu trabalho no produto já pronto. Segundo Antunes (1996) as mudanças no mundo do trabalho não conseguiram eliminar a alienação, mas é necessário lutar contra a mesma, ir contra a lógica do capital, reconquistar a dignidade em torno do trabalho e recuperar o sentido de pertencimento da classe trabalhadora.

No Brasil esse modelo se consolidou na década de 90, período também marcado por transformações na economia brasileira, que passa a

⁸ “O termo terceirização expressa o recurso gerencial pelo qual uma empresa transfere parte do seu processo produtivo (atividade-fim) para outra unidade empresarial que opere, interna ou externamente aos limites espaciais da contratante (prédios e terrenos), e que mantenha independência administrativa e de capital, visando à flexibilização da produção e do trabalho” (OLIVEIRA e MAÑAS, 2004, p. 121).

⁹ “Em sociologia, o conceito de alienação foi estudado particularmente por Karl Marx. Segundo ele, no sistema capitalista o trabalhador se separa do objeto que ajudou a fabricar. Esse objeto se transforma em mercadoria e, uma vez no mercado, passa a dominar o trabalhador. Dessa forma, este se aliena daquilo que produziu” (SANTOS, 2004, p. 240). E conforme as anotações da aula do dia 20 de Fevereiro de 2007, da Disciplina de Processos de Trabalho II, a alienação ocorre quando o trabalho é executado sem o domínio sobre a finalidade, o processo de produção e o produto, sendo que há uma separação entre a dimensão manual e intelectual; execução e planejamento; subordinação e comando.

adotar o modelo neoliberal. Como exemplo, pode-se citar a abertura comercial e as privatizações das empresas estatais.

A abertura comercial trouxe a competitividade e a liberalização das importações, ou seja, a abertura das “portas” para os produtos de “fora”, mas teve como consequência principal a destruição de vários setores da indústria que não conseguiram resistir à concorrência, provocando uma grande redução de empregos.

Junto com essa política econômica, a reestruturação produtiva busca uma forma de enxugar o quadro de trabalhadores através da terceirização e subcontratação, o que resulta na grande diminuição dos empregos formais.

Conforme COSTA (2005), diante desse contexto da reestruturação da produção, a legislação trabalhista não seguia em consonância com essas transformações, o que poderia prejudicar no âmbito da competitividade, pois, segundo o empresariado, se tinha um aumento do custo do trabalho e prejudicava a geração de empregos.

Foi, portanto, com esse propósito que, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, editou-se um pacote de medidas legislativas que alterava regras trabalhistas básicas, como o vínculo contratual, a jornada e o salário. Assim, o contrato de trabalho por tempo determinado, o trabalho em tempo parcial, a suspensão temporária do contrato de trabalho por motivos econômicos, o banco de horas, a participação nos lucros e resultados das empresas, a redução do salário com redução da jornada, entre outros, passaram a fazer parte do rol de possibilidades legais de mudança nos contratos de trabalho. Em seu conjunto, essas medidas representaram um verdadeiro desmonte dos direitos de proteção ao trabalho e um retrocesso no espaço recentemente conquistado pelo movimento sindical. (COSTA, 2005, p. 121)

A geração de empregos não foi favorecida com essas mudanças, o que levou um grande número de trabalhadores a ficarem sem emprego.

E conseqüentemente os sindicatos se distanciam dos trabalhadores que estão na informalidade, afastando assim a possibilidade de articulação desses trabalhadores.

Vivemos em um período em que o desemprego, subemprego e o trabalho informal se tornam cada vez maior, a crise é tanta que não basta somente um emprego. Um grande número da população trabalha em dois ou até mais turnos e em empregos diferentes para poder sobreviver.

Os trabalhadores que vivem na informalidade sofrem por não terem vínculos empregatícios, trabalham em empresas em que os serviços são terceirizados, estando totalmente desprotegidos dos direitos trabalhistas, ou seja, não possuem direito a 13º salário, férias, fundo de garantia, rescisão contratual e descanso semanal remunerado.

Se as pessoas que não sofrem de nenhuma deficiência, seja ela qual for, têm uma grande dificuldade de se inserir no mercado de trabalho devido à precarização do trabalho, à concorrência e competitividade deste mesmo mercado, este mesmo sofrimento e dificuldade serão em um grau muito maior para os portadores de necessidades especiais, como é o caso dos sujeitos da nossa pesquisa. Diante dessa situação CERIGONI E RODRIGUES, apontam:

Nossa sociedade neoliberal valoriza as pessoas pelo ideal de perfeição, pela beleza física e pelo que elas possuem, não pelo que elas são. Em todo o mundo, as pessoas com deficiência estão entre as mais pobres, entre os pobres, vivendo vidas de desvantagens e privações (2005, p. 07).

Os autores ainda mencionam com base nos dados da OIT, que os portadores de necessidades especiais, além de tentarem fazer parte deste competitivo mercado, eles sofrem em todos os aspectos, pois as oportunidades são reduzidas, a maior parte está fora do mercado de

trabalho e como se não bastasse também fora do convívio social, quando é comparada a taxa de desemprego entre as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, essa taxa é de 2 a 3 vezes mais alta do que entre pessoas sem deficiência (CERIGONI e RODRIGUES, 2005).

1.1 TRAJETÓRIA E CONQUISTAS DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NO ÂMBITO DO TRABALHO.

De acordo com o Censo de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 24,5 milhões de brasileiros (14,5% da população) têm alguma deficiência.

Todo trabalhador enfrenta pelo menos duas dificuldades: a reduzida oferta de emprego e o mercado de trabalho exigente. A sociedade capitalista provoca a divisão social do trabalho, colocando à margem a pessoa que não produz e aquela que apresenta alguma deficiência física ou mental. É visto que, na maioria das vezes, o empregador é levado a pensar que não se pode encontrar o perfil de profissional exigido em um deficiente, já que esse se apresenta limitado para exercer todas as funções de um trabalho comumente contratado. (TASSO SOUZA e NEVES, 2005, p. 10).

Uma grande parte das pessoas portadoras de necessidades especiais está exposta a vários tipos de barreiras, entre elas, escadas, falta de rampas, obstáculos nas calçadas, falta de legendas, transporte coletivo, tudo é construído de uma forma a não incluir, na prática, o portador de necessidades especiais.

Com base no Censo de 2000, realizado pelo IBGE estima-se que mais de nove milhões de brasileiros em idade produtiva poderiam entrar no

mercado formal do trabalho, se lhes fossem proporcionadas condições adequadas de acessibilidade, mas apenas um milhão (11,1%) exercem alguma atividade remunerada e duzentos mil (2,2%) são empregados com registro em Carteira de Trabalho.

A lei Nº. 8.213/91, conhecida como lei de cotas, estabelece a obrigatoriedade na contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais em empresas que possuem mais de 100 funcionários, sendo que as vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais é proporcional ao número de funcionários, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 01 – Percentual de vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais nas empresas de acordo com número de funcionários.

Número de funcionários	Percentual de vagas
100 a 200	2%
201 a 500	3%
500 a 1000	4%
Acima de 1001	5%

Fonte: OAB - SP – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional São Paulo.

De acordo com os dados do Instituto Ethos (2002), algumas empresas como o Centro de Medicina Diagnóstica Fleury, Gelre, Gimba Materiais de Escritórios e Suprimento de Informática, Laffriolée Sobremesas, Medley Indústria Farmacêutica, Natura Cosméticos, PRODAM – Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo, Serasa e White Martins trazem exemplos de programas de inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no trabalho.

Apesar de algumas empresas destinarem as cotas aos portadores de necessidades especiais, ainda é um número muito pequeno, conforme o percentual de vagas mencionado no Quadro 01. Infelizmente a deficiência ainda é vista como incapacidade e não como uma limitação, pois são palavras com significados totalmente diferentes, o caso de possuir uma limitação não que dizer que a pessoa seja incapaz.

Quadro 02 – Número de empresas de acordo com a Lei de Cotas e contratações de pessoas com necessidades especiais.

Ano	Nº de empresas de acordo com a Lei de Cotas	Nº de pessoas portadoras de necessidades especiais contratadas
2001	12	612
2003	316	5.584
2006	4.917	55.321

Fonte: I.Social – Soluções em Inclusão Social. Disponível em: <http://www.isocial.com.br>.

Ainda com relação ao número de contratações o Jornal Folha de S. Paulo do dia 03 de Agosto de 2008 traz a notícia de que “o comércio paulista inseriu 12.416 pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho de 2001 a abril deste ano – 31% do total de vagas (40.215) que o setor precisa criar para cumprir a lei. Na indústria, foram preenchidas 40,5 % das vagas necessárias, e, nos bancos, 53,5%”.

Apesar do crescimento com relação ao número de contratação de pessoas com necessidades especiais, conforme demonstra o quadro 02, ainda há um grande caminho a percorrer, já que ainda têm empresas que não cumprem a Lei de Cotas, pois a mesma tem que se preocupar com a adequação do ambiente de trabalho, adaptando o local, as instalações, garantindo a perfeita acessibilidade.

Os portadores de necessidades especiais são excluídos frequentemente da participação social, sendo que essa exclusão é questionada constantemente por estudiosos e profissionais de várias áreas de conhecimento. A partir das duas últimas décadas do século passado aumenta a preocupação pela inserção de pessoas portadoras de necessidades especiais nas atividades da sociedade.

A exclusão dos portadores de deficiência, na maioria das vezes, tem como fator relevante à impossibilidade de profissionalização imposta pela própria sociedade. Mas ainda o preconceito continua sendo o fator de maior relevância e que acaba impedindo o exercício profissional dos portadores de deficiência (CERIGONI e RODRIGUES, 2005). E também não podemos deixar de enfatizar a questão de que eles podem representar um aumento de custos e pouco lucro para as empresas.

A família e a sociedade precisam entender que a inclusão social significa que a pessoa portadora de necessidades especiais pode e tem como dever participar da sociedade em que vive, afinal deficiência não é sinônimo de incapacidade e invalidez.

De acordo com a Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas, todos os homens são iguais, portanto independente de qualquer limitação que a pessoa tenha, ela deve ter igualdade de acesso às oportunidades e aos serviços, mas não é isso que é possível perceber na trajetória do portador de necessidades especiais.

No período de 1950 a 1980, aumenta a preocupação com a reabilitação e integração social para o atendimento dos portadores de necessidades especiais, mas com um caráter assistencialista¹⁰, tendo como

¹⁰ "Ação Social executada geralmente por Estados ou grupos particulares, que dão assistência aos mais carentes, os excluídos, aos quais atendem de forma temporária e imediata, sem se preocupar em resolver definitivamente seus problemas sociais e econômicos ou em ajudá-lo a construir instrumentos para sair da situação em que se encontram. Em muitos casos, o assistencialismo pode também ser uma forma de controle

objetivo isolar e ajustar o portador de necessidades especiais aos padrões estabelecidos pela sociedade, pois a deficiência era um problema do indivíduo.

Antes da década de 70 eram utilizados termos pejorativos quando se referiam aos portadores de necessidades especiais. Através da organização da sociedade juntamente com os órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), surge em 1975, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e o termo “pessoas deficientes” passa a ser utilizado. Mas no presente trabalho optamos por utilizar o termo pessoas portadoras de necessidades especiais ou portadores de necessidades especiais.

Na década de 80 há um processo de organização dos portadores de necessidades especiais para a elaboração de uma legislação específica.

E a partir da década de 90 surge o termo inclusão social que visa a participação das pessoas em geral, inclusive das pessoas que possuem necessidades especiais, em todas as instâncias da sociedade (PROGRAMA BRASILEIRO DE ACESSIBILIDADE URBANA - BRASIL ACESSÍVEL, 2007).

Entende-se que no contexto atual, é a sociedade que deve se adequar para receber as pessoas portadoras de necessidades especiais, garantir o direito de ir e vir, e a plena participação com igualdade de oportunidades.

Nessa trajetória é possível perceber algumas ações e conquistas, conforme mostra o quadro:

social e político do Estado sobre os setores excluídos da sociedade” (SANTOS, 2004, p. 240).

Quadro 03 – Resumo em ordem cronológica da Legislação e principais ações relacionadas aos portadores de necessidades especiais.

Ano	Acontecimentos
1948	- A ONU apresenta a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
1968	- Decreto nº 62.150, de 19 de janeiro de 1968. Promulga a Convenção nº 111 da OIT sobre Discriminação em matéria de emprego e profissão.
1981	- Ano Internacional das Nações Unidas para as Pessoas Portadoras de Deficiência.
1982	- A ONU declara os anos 80 como a Década das Nações Unidas para as Pessoas Portadoras de Deficiência. - Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes.
1988	- Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Diversos artigos definem a política a ser adotada pelo país para lidar com a questão da inclusão social em diversos segmentos da vida em sociedade.
1991	- Decreto nº 129, de 22 de maio de 1991. Promulga a Convenção nº 159, da OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. - Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. (estabelece percentuais de funcionários com deficiências a serem contratados por empresas com mais de 100 funcionários).
2000	- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
2001	Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência

Fonte: Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana - Brasil Acessível, 2007.

Conforme a Convenção sobre os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais aprovada pela ONU em 13 de Dezembro de 2006, que tem por objetivo “promover, defender e garantir condições de vida com dignidade e a emancipação dos cidadãos e cidadãs do mundo que

apresentam alguma deficiência” (p. 09). No artigo 27 que trata sobre trabalho e emprego, consta na alínea f “promover oportunidades de trabalho autônomo, empreendedorismo, desenvolvimento de cooperativas e estabelecimento de negócio próprio” (p. 32).

1.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO ASSOCIATIVISMO

Diante dos fatos explicitados anteriormente com relação à dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, a alternativa do associativismo, tem sido utilizada por inúmeros grupos, nas últimas décadas, inclusive pelos Pintores com a Boca e os Pés.

Por isso vamos tratar desse tema buscando investigar e analisar as possibilidades e as limitações do associativismo pautado nos princípios da economia solidária, com o objetivo de avaliar em que medida essa alternativa tem sido uma resposta eficaz ao problema do desemprego.

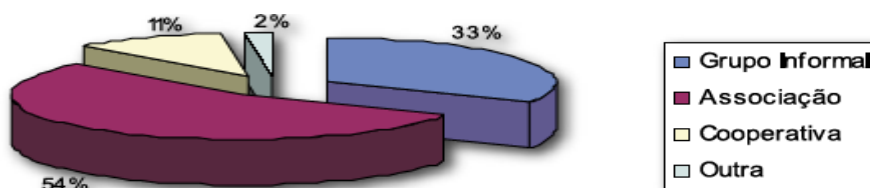
De acordo com Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005), através do mapeamento da Economia Solidária¹¹, realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária¹², foram identificados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários e foi possível constatar que a maior parte deles está organizada

¹¹ “A **Economia Solidária** é uma nova forma de organização. A idéia básica é assegurar a cada um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil etc. através da solidariedade entre produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos” (SINGER, 1998, p. 132).

¹² A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada em 2003, através da Lei Nº 10.683, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. É importante ressaltar que o economista, Paul Singer, é o Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 09 Jun 2008).

sob a forma de associação (54%) e cooperativa (11%), como é possível observar na figura abaixo:

Figura 1 – Organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil.



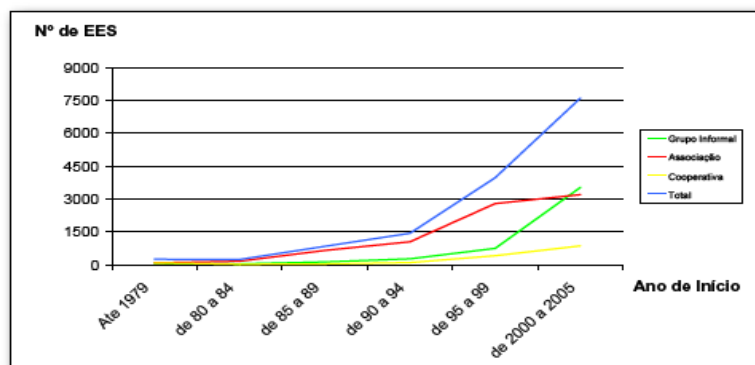
Extraído de: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005.

A Economia Solidária é visualizada pelos seus defensores, como uma forma estratégica de geração de trabalho e renda, garantindo à população excluída acesso ao trabalho.

Segundo SILVA (2002) na década de 90, a economia solidária aparece como uma estratégia social de sobrevivência que ganhou visibilidade enquanto forma de enfrentamento da desigualdade social.

O Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005) também traz considerações importantes com relação à trajetória dessa alternativa no decorrer dos anos, e conforme demonstra a Figura 2, é possível perceber que o surgimento desse tipo de economia é recente, e se dá mais precisamente na década de 90.

Figura 2 – Trajetória da Economia Solidária, segundo a forma de organização.



Extraído de: Atlas da Economia Solidária no Brasil, 2005.

No caso do associativismo, quando visto pela ótica da economia solidária, supõe o trabalho coletivo em busca de objetivos comuns, visando superar as dificuldades e necessidades em conjunto, e contribuir para a melhoria de resultados através das trocas de experiência e conhecimento.

Conforme definição do Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), define-se associativismo como qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de pessoas ou empresas para representar e defender os interesses dos associados e estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados (SEBRAE. Disponível em: [http:// www.sebraees.com.br/manualempresario](http://www.sebraees.com.br/manualempresario). Acesso em 20 Nov 2007).

Em muitos segmentos a economia solidária tornou-se prática social, gerando trabalho (SILVA, 2002). O associativismo como forma de produção e distribuição de renda é caracterizado pela autogestão e pela igualdade entre os seus membros. Trata-se de uma forma de produção, consumo e distribuição de riquezas centrada na valorização do homem e não do capital.

É importante salientar também, os aspectos negativos da Economia solidária, pois há empreendimentos solidários de “fachada”, como a disseminação cada vez maior de falsas cooperativas, que não condizem com os princípios da economia solidária, ocultando sua verdadeira finalidade, ou seja, a redução de impostos e a negação dos direitos trabalhistas.

Especialmente em sua fase inicial, algumas associações enfrentam dificuldades devido à falta de equipamentos adequados, a falta de recursos financeiros, a baixa escolaridade dos trabalhadores e etc.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos de economia solidária é gerenciar esses empreendimentos dentro do sistema capitalista mantendo os princípios pautados na autogestão, democracia, participação, igualdade e cooperação, diante do mercado e da concorrência com as empresas capitalistas.

Com relação à concorrência, esses empreendimentos enfrentam uma situação complicada, tendo muitas vezes que baixar os preços de suas mercadorias para concorrer no mercado e também à falta de acesso ao crédito, por isso muitos deles enfrentam problemas financeiros. No caso da empresa capitalista¹³ é possível se reduzir custos com a diminuição do número de funcionários, já em um empreendimento de economia solidária isso não pode ocorrer, pois todos são donos do empreendimento.

O lucro tão almejado pelas empresas “capitalistas” é conhecido pelos empreendimentos de economia solidária como sobras, as quais são divididas em partes iguais entre os trabalhadores associados ou aplicadas no empreendimento, sendo que essa decisão será tomada em assembléia pelos trabalhadores associados.

¹³ “No sistema capitalista predominam empresas privadas e estas, ao enfrentarem concorrência, precisam reduzir os preços e custos, ou ainda encontrar meios para eliminar a concorrência e manter-se ou estabelecer-se como monopolista. Tendem, então, a concentrar e aumentar a composição orgânica do capital, de modo que a produtividade aumenta e pode-se, então, dispensar trabalhadores” (IASKIO, 2001, p. 119).

IASKIO (2001) traz considerações importantes com relação às formas de tomada de decisões em uma empresa capitalista e em um empreendimentos de economia solidária.

Em uma empresa capitalista comum, todas as decisões cabem aos proprietários (ou ao conjunto de sócios) e poucas (ou nenhuma) opções são levadas para que os trabalhadores decidam. Mesmo quando isso é feito, normalmente as opções são levadas prontas aos trabalhadores (e não com eles construídas, como acontece na economia solidária), para que os mesmos escolham entre uma opção “A” ou “B”, dando a falsa impressão de que naquela empresa ocorre um processo democrático (IASKIO, 2001, p. 132).

Mas é possível encontrar situações em que a economia solidária proporcionou tanto o acesso ao trabalho como o acesso ao consumo de bens e serviços.

Uma sugestão trazida por IASKIO (2001, p. 136) é a inovação, ou seja, algo novo e atrativo para o consumidor “(...) produzindo mercadorias não produzida por outros, ou com algum diferencial (...) a empresa solidária pode atuar quase como monopolista em seu ramo. Isso permite à empresa solidária tornar-se formadora de preços”.

Nesse sentido é possível visualizar, a Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda., que de uma forma organizada e inovadora, cria instrumentos coletivos para intervir na realidade e superar as dificuldades decorrentes do desemprego juntamente com o exercício de seus direitos.

1.3 A ARTE COMO UMA ALTERNATIVA DE ATIVIDADE CRIATIVA QUE GERA PRAZER E REALIZAÇÃO

Os sujeitos do nosso TCC, além da organização em associação, desenvolvem uma ação artística. Procuramos, então, desvendar o que representa a arte para eles: É somente um meio de subsistência ou também uma realização profissional?

A partir da arte é possível construir processos coletivos, resgatar a auto-estima, gerar pertencimentos, levar à construção da cidadania e proporcionar o desenvolvimento humano.

Um dos aspectos positivos em se trabalhar com a arte é a potencialização da auto-estima, a qual traz o sentido de aceitar-se sem se preocupar com a necessidade de aprovação da sociedade. Segundo BORGES (2008, p.12) a auto-estima “é um conjunto de percepções próprias sobre o corpo, identidade, papéis que representa, habilidades e limitações relacionadas aos conceitos adquiridas ao longo do processo de desenvolvimento, contribuindo para a formação do sentimento e valor pessoal”.

O trabalho é um instrumento de criação, e o homem consegue gerar antes na imaginação o que ele irá produzir, desde que se trate de uma atividade auto determinada e não alienada, como visto no Subitem 1.

De acordo com Paranjape, citado por FARIA e GARCIA (2003, p.44)

O artista pode ajudar a construir as condições necessárias para o mundo. Isto pode ser realizado não se retraindo em uma torre de marfim, mas fazendo a arte mais acessível para as pessoas comuns, liberando-se das amarras das forças do mercado, e também trazendo à tona criatividade escondida das pessoas.

Pode-se dizer que as atividades desenvolvidas pelos pintores têm características de um trabalho auto determinado, já que através da arte é possível desenvolver habilidades, autonomia, iniciativa, criatividade, planejamento, novas técnicas e também o desenvolvimento das capacidades intelectuais, pois os pintores se servem de sua própria ferramenta de trabalho e reconhecem a sua atividade no final do processo de trabalho.

A atividade humana realizada de forma consciente compreende o homem como ser ativo, criador e prático. É somente criando que o homem poderá transformar o mundo e a si mesmo (VÁSQUEZ, 1990).

E a criação é algo inseparável do ser humano, pois ao transformar um objeto e atribuir a ele um novo significado, há a possibilidade do homem se reconhecer nessa criação.

Para desenvolver a arte, o artista necessita de conhecimento, técnicas, habilidades e pesquisas. Através da arte é possível manifestar emoções e adquirir confiança na atividade desenvolvida, independente de qualquer tipo de limitação, que a pessoa seja portadora.

A arte proporciona a expressão através de formas, sons, cores e palavras.

Existem diversas expressões artísticas como a dança, pintura, literatura, escultura, música, cinema, entre outros, mas neste trabalho iremos nos ater à pintura, a qual é uma técnica que proporciona a representação do mundo real ou imaginário através de telas e cores.

As exposições são espaços privilegiados, onde é possível o artista levar às pessoas, as suas obras de arte, as quais são criações que podem retratar situações diversas, muitas vezes questões de relevância para a sociedade, e além de tudo isso também exprime sentimentos e emoções.

Conforme CHAUÍ (1995, p. 322) “o artista é um ser social que busca exprimir seu modo de estar no mundo na companhia dos outros seres humanos, reflete sobre a sociedade, volta-se para ela, seja para criticá-la, seja para afirmá-la, seja para superá-la”.

A partir do século XIX, através da modernidade a arte passa a ganhar um significado não de um valor artístico e sim de um produto para ser consumido, no sistema capitalista tudo acaba se tornando um produto e assim com a arte não será diferente.

A indústria cultural que deveria ter como um dos propósitos a divulgação da arte e cultura de forma que proporcionassem o desenvolvimento dos artistas através de suas criações e os trabalhos desenvolvidos pelos mesmos. Esta indústria torna suas criações artísticas em produtos para o consumo, através dos meios de comunicações, rádio, televisão e etc.

Segundo CHAUÍ, (1995, p. 329) “a arte possui intrinsecamente valor de exposição ou exponibilidade, isto é existe para ser contemplada e fruída, é essencialmente espetáculo, palavra que vem do latim e significa dar visibilidade”.

Para as empresas, os meios de comunicações, os patrocinadores de programas televisivos, a maneira como promovem a arte e cultura, passam essas informações na maioria das vezes de uma forma fragmentada, tendenciosa, sendo assim fazendo com que o público não conheça o trabalho da criação do artista.

Desta maneira distancia o público do artista, suas obras os seus trabalhos são reconhecidos como produtos a serem comprados e não no sentido de que o mesmo seja reconhecido, promovido e admirado pelo público, através de potencialidades dos artistas.

Os meios de comunicação poderiam e deveriam ser um meio pelo o qual democratizasse a arte, e também estimulasse promovendo-a para que se tornasse acessível a todas as classes e para todas as idades dentro da sociedade.

De acordo com CHAÚÍ (1995, p. 330) “democracia cultural significa direito de acesso e fruição das obras culturais, direito à informação e à formação culturais, direito à produção Cultural”.

A indústria cultural não promove esta democracia, acaba acontecendo o contrário, pois coloca preço em tudo: na arte, na cultura, contrariando os seus princípios.

Desta forma separa as classes sociais, pois se a arte se torna um produto, pode ser comprada. E só pode comprar aquele que tem dinheiro, não garantido direito e acesso a todos. Existem obras caríssimas que só podem ser adquiridas pela elite e obras com um preço relativamente baixo para classe pobre (CHAÚÍ, 1995).

As obras desenvolvidas pelos artistas seja ela qual for, dentro do sistema capitalista vai visar somente o lucro, distanciando a população desprovida financeiramente dos trabalhos dos artistas.

A indústria cultural é manipulada pela mídia, pelas empresas patrocinadoras dos programas, seja ele rádio ou televisão, é esta indústria que determina aquilo que vamos assistir, ler ou até mesmo ouvir (CHAÚÍ, 1995).

Uma grande prova disto são os noticiários, as informações muitas vezes são passadas de uma forma muito distante da nossa realidade, tendenciam, fragmentam e veiculam somente aquilo que é interesse para sua classe.

As informações transmitidas nos noticiários nos programas em si, não têm o propósito de fazer com que a população, seja questionadora, mentes

pensantes, muito pelo contrário, tem o desafio de mostrar as mesmas coisas de forma diferente, banalizando e mostrando entretenimento e diversão como arte e cultura.

Vale à pena citar um outro aspecto da arte que surge no âmbito da saúde e da educação, o qual pode ser visto através da utilização da atividade artística no processo terapêutico que propicia a comunicação e expressão do paciente com as outras pessoas, sendo que esse processo é conhecido como arteterapia.

Conforme PERRONE (2007) “a arteterapia é um termo que designa a utilização de recursos artísticos em contextos terapêuticos”

Nesse sentido é possível perceber que a arte possui também um potencial transformador que contribui em casos de tratamentos e cura de enfermidades.

Alguns dos profissionais que podem utilizar a arteterapia em seus processos de trabalho são: Terapeutas Ocupacionais, Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos e outros.

CAPÍTULO 2 – A ASSOCIAÇÃO DOS PINTORES COM A BOCA E PÉS LTDA.

2 A ORIGEM DA ASSOCIAÇÃO

A Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda. (APBP), foi fundada em 1956 por Arnulf Erich Stegmann (1912-1984), no Principado de Liechtenstein¹⁴, na Suíça. O fundador e presidente da associação, Arnulf Erich Stegmann, faleceu em 1984, possuía necessidade especial e era impedido de usar as suas mãos devido a uma poliomielite espinhal que sofreu ainda quando criança.

Após o seu falecimento, a pintora de origem francesa, Marlyse Tovae (1933-2001), a qual participou do nascimento da associação, é eleita pelos membros da APBP na 7º Assembléia Geral, realizada em Madri, no ano de 1985, para assumir o cargo de Presidente, respeitando toda a filosofia de Arnulf Erich Stegmann.

O terceiro e atual Presidente da APBP, Eros Bonamini, foi eleito em Outubro de 2002, através de uma 9º Assembléia Geral que ocorreu em Lisboa.

É importante mencionar que o cargo de presidente é vitalício.

No Brasil, a APBP, existe há aproximadamente 07 anos. Está localizada na Rua Tuim, Nº 426, em Moema, São Paulo, região nobre da

¹⁴ Liechtenstein é um pequeno principado (território governado por um príncipe), um microestado, localizado no centro da Europa, está situado entre a Áustria e a Suíça, é o quarto estado mais pequeno da Europa. Sua capital é Vaduz e a língua oficial é o alemão (Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Liechtenstein>. Acesso em 17 Ago 2008).

capital paulista e com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Neste endereço está localizada a editora que cuida das vendas, da logística e que faz a comunicação e ligação entre os pintores brasileiros e a sede da APBP em Liechtenstein.

O objetivo da APBP é incentivar as pessoas portadoras de necessidades especiais, que são incapacitadas de pintar usando as mãos, a aperfeiçoar a pintura com a boca e os pés.

Os trabalhadores em foco adquirem o conhecimento, através de uma ação artística que também lhes permite a sobrevivência como sujeitos portadores de direitos sociais, considerando que o trabalho tem importância fundamental na ordem social vigente, com todos os impactos de modo produção capitalista e dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que não se trata de uma entidade beneficente, sendo, portanto entendida como uma associação que possibilita aos artistas associados se manterem financeiramente com a venda de pintura em forma de cartões, calendários e outros artigos.

2.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

A APBP possui um único estatuto, o qual é utilizado em qualquer um dos 73 países em que a associação está presente.

A APBP admite pessoas portadoras de necessidades especiais, dos membros superiores que tenham habilidade em pintar ou desenhar com a boca ou com os pés. Para ser admitido na APBP, o artista não deve ter antecedente criminal, possuir 18 anos (em caso de menor de idade, pode apresentar autorização do representante legal), deve enviar para a Sede da APBP (Suíça) algumas telas (normalmente de 05 a 10 telas), o atestado

médico com o grau de deficiência, um questionário fornecido pela associação e uma autobiografia. Também são realizadas visitas e relatórios, e tudo isso é encaminhado à Suíça para ser analisado.

A visita é para certificar que esta pessoa não usa as mãos, verificar o grau de deficiência e o seu desenvolvimento com a pintura.

Na Sede em Liechtenstein, na Suíça, as obras são analisadas pelos Jurados¹⁵, pois são eles que decidem tudo que se refere à qualidade de uma obra e através da análise será enviada uma resposta positiva ou negativa, mas dificilmente a resposta é negativa, segundo informações da APBP.

Ao ser admitido na APBP, o artista recebe uma bolsa de estudo mensal a qual tem como finalidade contribuir em seu desenvolvimento artístico.

O artista bolsista recebe um apoio financeiro mensal por parte da associação, que é exclusivamente para ajuda-lo no seu desenvolvimento artístico, o que possibilita ter mais independência em relação aos custos materiais que esse desenvolvimento implica, como exemplo, pode se citar: o acesso a uma escola de arte, a compra de material de pintura ou de literatura sobre a atividade artística, etc.

Existe uma Junta Diretiva, composta de 03 a 07 pessoas, sendo que para compor essa junta não é necessário ser membro da associação, pois a mesma é eleita pela Assembléia de Delegados e Assembléia Geral. A Junta Diretiva será a responsável pelos pedidos de admissão e pela duração da bolsa de estudo, levando em conta o desenvolvimento de cada bolsista.

Cabe a Assembléia de Delegados, órgão supremo da associação, reunir-se no mínimo a cada 03 anos para discutir e deliberar sobre determinados assuntos de interesse da APBP, sendo que somente os

¹⁵ O Estatuto na íntegra está no Anexo 1.

membros participam dessa assembléia. Vale mencionar que com relação aos assuntos como a decisão sobre a dissolução da Associação e a eleição do Presidente da Junta Diretiva, somente poderão ser decididos em Assembléia Geral, a qual é formada pelos delegados (integrantes da Assembléia de Delegados) e todos os membros efetivos e associados.

Os membros efetivos ou associados são os artistas admitidos pela Junta Diretiva e pelos Jurados, e mensalmente recebem um valor, para que possam assim desenvolver e exercer o seu trabalho artístico, e também uma forma de adquirir autonomia financeira.

Somente quem já é bolsista pode ser membro da APBP, é observado continuamente o desenvolvimento artístico desses bolsistas, e se o artista corresponder às exigências da APBP, então poderá a vir se tornar um membro.

No Brasil, a Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda., possui 29 bolsistas e 02 membros (um membro efetivo e um membro associado) são eles:

- Bolsistas
- Membro Efetivo: Fernando Fernandes Reis que pinta com os pés desde cedo, pois nasceu com deformidades na mão.
- Membro Associado: Gonçalo Borges que está a 38 anos na APBP, desde criança pinta com a boca e os pés, devido à paralisia dos braços.

Com o desenvolvimento das obras, os membros, cedem os direitos autorais de suas obras para a APBP, sendo assim as mesmas são reproduzidas e divulgadas. Não há limites determinados com relação ao tempo sobre a utilização desses direitos autorais pela associação, inclusive em caso de falecimento de um membro. No caso das obras que não são

enviadas para a sede da APBP, os pintores podem vendê-las em exposições aqui no Brasil.

As obras originais são reproduzidas pelas editoras ligadas a APBP, sendo esses trabalhos, os calendários, os cartões postais, os quadros e tantos outros artigos, os quais são enviados e comercializados em toda parte do mundo.

Não existe um número exato de obras de artes que devem ser produzidas durante o ano, a única cobrança é com relação a qualidade desses trabalhos.

Anualmente um público muito grande e expressivo, tem a oportunidade de visitar, apreciar e comprar os trabalhos desenvolvidos pelos pintores, através de exposições e apresentações em diversos países.

CAPÍTULO 3 – CONSTRUÇÃO DE VIDA, TRABALHO ARTÍSTICO, PRAZER E REALIZAÇÃO.

3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

No Capítulo 3 vamos apresentar os resultados da pesquisa de campo, que procurou entender, qual o papel da associação na vida dos pintores, que estratégias de construção de trabalho possibilita, e quais as possibilidades que os portadores de necessidades especiais têm de uma vida de cidadania e resgate de sua auto-estima.

A metodologia utilizada no trabalho tem por base a pesquisa qualitativa, a qual segundo MARSIGLIA (2006) possibilita perceber as particularidades dos sujeitos da pesquisa, entre elas, as expressões, os sentimentos e a postura.

Foram utilizadas as fontes de informações primárias¹⁶ e secundárias¹⁷, possibilitando assim a utilização de informações colhidas pelos próprios pesquisadores, e também a consulta de dados já existentes.

Os dados secundários foram de suma importância para entender a história da associação, de que maneira a mesma está estruturada e como ocorrem as atividades desenvolvidas no local.

¹⁶ "... as informações originais colhidas pelo próprio pesquisador são denominadas fontes primárias" (MARSIGLIA, 2006, p. 08).

¹⁷ "Quando se recorre a dados já existentes em instituições, associações ou trabalhos de outros pesquisadores; estamos lidando com fontes secundárias de informação" (MARSIGLIA, 2006, p. 08). É importante ressaltar que esses dados irão contribuir no desenvolvimento do trabalho.

Os instrumentos de pesquisa utilizados no trabalho são as entrevistas semi-estruturadas, as quais foram realizadas na casa de cada pintor e gravadas e transcritas no decorrer do trabalho, exceto a entrevista da Daniela Cristina Caburro que o contato foi feito na Mega Artesanal¹⁸.

No Brasil são 31 pintores que pintam com a boca ou com os pés, dentre esses conseguimos realizar entrevistas com quatro pintores, o que corresponde a 12% das pessoas que compõem esse universo. Levamos em conta alguns critérios para seleção das entrevistas, entre eles, o aspecto hierárquico (entrevistamos bolsistas e um membro associado da APBP) e um outro aspecto foi a questão da deficiência (entrevistamos pessoas portadoras da deficiência desde o nascimento e uma pessoa que adquiriu a deficiência no decorrer da vida, devido um acidente).

Os pintores que foram entrevistados são:

- Daniela Cristina Caburro, 37 anos, Bolsista;
- Eliana Zagui, 34 anos, Bolsista;
- Etedsued Pereira Carvalho, 48 anos, Bolsista;
- Gonçalo Borges, 56 anos, Membro Associado.

De início com relação à faixa etária dos entrevistados, duas pessoas abrangem a faixa etária de 31 a 40 anos; uma pessoa abrange a faixa etária de 41 a 50 anos; e uma pessoa, abrange a faixa etária de 51 a 60 anos.

No âmbito da escolaridade temos um entrevistado que possui o Ensino Médio Completo, dois que estão cursando ou não concluíram o Ensino Médio e outro que possui Doutorado.

¹⁸ A Mega Artesanal é uma feira de exposição de artes em geral, a qual ocorreu de 02 a 06 de Julho de 2008, no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo.

Confirmando o que foi mencionado no primeiro capítulo sobre a importância do trabalho para a vida humana, foi possível constatar através das entrevistas que a partir do momento que a pessoa se encontra inserida na APBP há uma satisfação em estar realizando um trabalho artístico que também permite a independência econômica, o aumento da auto-estima e a dignidade.

É possível perceber isso através da fala de alguns pintores, pois quando perguntamos qual é o significado do trabalho para eles, obtivemos as seguintes respostas:

Tudo! Minha dignidade! Minha independência! Minha felicidade! (Daniela Cristina Caburro).

(...) dignidade, caráter, formação, acessibilidade, inclusão, tudo (Gonçalo Borges).

Dividindo entre antes do acidente e depois, antes trabalhava para conquistar conforto para a família, com prazer ou não, hoje para mim o trabalho tem que me dar prazer, porque o caminhão¹⁹ não me dava prazer. O trabalho tem que dar este prazer, pois se eu não tiver prazer em pintar uma tela eu não vou pintar por causa do dinheiro, ou até mesmo por causa da bolsa (Etedsued Pereira Carvalho).

Procuramos também, abordar as mudanças com relação à vida e a situação sócio econômica antes de ingressar na APBP e após ingressar na APBP, e tivemos respostas positivas, ou seja, uma melhoria de vida após o ingresso na APBP:

¹⁹ Etedsued Pereira Carvalho era motorista de caminhão e ficou tetraplégico ao ser atropelado por um carro desgovernado no portão de sua casa. Faz parte da APBP, desde 2003 (Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda. Disponível em: <http://www.apbp.com.br/>. Acesso em 23 Abr 2007).

Era muito complicada (financeiramente). Viver da arte é difícil. Vivemos em um país que a arte é deixada para último plano (o brasileiro sempre tem outras prioridades). Houve muitas mudanças. Hoje, com a APBP, tenho uma grande divulgação dos meus trabalhos (aqui no Brasil e no exterior) com exposições e reproduções em cartões e calendários. Minha vida financeira mudou, pois recebemos uma bolsa para manter nosso trabalho (material, cursos, etc...). A APBP na minha vida tem sido uma benção de Deus! (Daniela Cristina Caburro).

A minha vida era uma vida comum, há 30 anos atrás, hoje o preconceito é forte, raça, cor, credo, deficiência... Esse papo de que o Brasil é um país que não tem discriminação é uma tremenda mentira, porque quem manda no país são os banqueiros, os grandes empresários e a cúpula política, então a questão do preconceito ainda impera muito grande, então naquela época, nós os deficientes com dificuldade motora, nós éramos considerados uma sociedade a parte, tanto é que para aparecer na televisão tinha que ser consultada a censura, porque a alta sociedade chamava de mundo cão, entendeu era um mundo a parte, a partir da constituinte de 88 se tornou todo o cidadão de vida, seja lá qual a deficiência que ele tenha, ele é um cidadão de "direitos" (entre aspas, esses direitos) porque eles são muito banalizados. Depois que eu entrei na APBP a mudança foi extremamente radical, né, porque eu passei a ter uma vida mais controlada, uma vida financeira melhor, de estrutura, passei a ser direcionado para as coisas boas (Gonçalo Borges).

A partir dos relatos é possível entender a importância do trabalho na vida de uma pessoa, pois é a partir dele que será possível se sentir inserido na sociedade como um ser capaz de garantir a sua própria subsistência, e, além disso, ter o trabalho como uma fonte realização profissional, sendo o ele inseparável da condição humana, ou seja, é através dele que é possível o ser humano tanto produzir e reproduzir a sua existência quanto satisfazer as suas necessidades de realização pessoal.

Não podemos deixar de mencionar que três dos entrevistados recebem benefício ou aposentadoria, o que não é suficiente para garantir a independência financeira.

Quanto à questão do associativismo, a APBP possui especificidades que não vão de encontro com o modelo de associativismo citado no Subitem 1.2 do Capítulo 1. No caso de uma associação ou cooperativa existem aspectos de auto-gestão, igualdade, entre os membros tanto no sentido de tomadas de decisões quanto financeiras, e também sem ter o lucro como objetivo primordial. Neste sentido temos as seguintes respostas quando perguntamos sobre como são tomadas as principais decisões da APBP e qual o grau de participação dos pintores brasileiros na gestão da associação:

Essas decisões são tomadas pela diretoria da APBP. Temos participações, isso é fundamental, em eventos e exposições (Daniela Cristina Caburro).

Olha quem faz parte da estrutura da APBP é de membro associado para cima, tá. Os bolsistas, não (...) Da gestão a gente pode participar, só eu e o Fernando, podemos até ser convocados para ser eleitos diretos, existe toda uma assembléia em que todos de associados pra cima, posso até ser presidente, ser um diretor isso não impede (Gonçalo Borges).

Entendemos que a vivência no Associativismo é dificultada devido alguns aspectos, entre eles, as decisões estarem concentradas na Sede localizada na Suíça, a distância e a dificuldade de locomoção. Ao indagar se os pintores se reúnem periodicamente para trocar experiências temos as seguintes repostas:

É muito difícil à gente se reunir, a não ser em uma situação assim de algum evento que possa aparecer, porque por causa da dificuldade de locomoção de cada um de nós (...) Você depende se tem um veículo próprio ou não, depende de um terceiro para deslocar a pessoa, tem que ter mais dois para tirar e por no veiculo, levar para casa, tem a

mobilidade da cadeira de rodas, quando existe a oportunidade a gente se reúne (Gonçalo Borges).

Infelizmente não...Nos reunimos em exposições e eventos...Moramos distantes uns dos outros...Nos comunicamos muito pela Internet (Daniela Cristina Caburro).

E com relação ao contato com a sede da associação na Suíça:

Nós temos na APBP, na Rua Tuim, que é a Editora, que é a que edita, que cuida das vendas, da logística, e que faz o elo entre a APBP Internacional e os pintores, é a editora. Então o que ela faz? Ela facilita, porque a APBP, ela não é do Brasil, a nossa sede central fica em Liechtenstein, que é um principado na Suíça, então pra facilitar se fala o alemão ou o inglês, então como o brasileiro não tem a facilidade em nenhuma das duas línguas, então temos as pessoas que cuidam que fazem a comunicação com a editora e a APBP lá na Suíça, a gente usa a APBP (Brasil) como intermediários, eles são os facilitadores, eles são os orientadores. Eu não, a minha comunicação é direta, eu passo fax, e-mail, ainda falo um pouco de inglês, mas o pessoal lá facilita para os outros, por exemplo, eu preciso mandar uma comunicação urgente, então eles mesmos fazem e mandam, tem a facilidade de comunicação com eles, por causa da língua. Tem a APBP (Brasil) que faz essa facilidade (Gonçalo Borges).

Temos contato via correio, via telefone, Internet, temos acesso livre para dar sugestões, indicações do que queremos fazer, de que maneira devemos proceder. Então depende de cada artista querer ter esse contato, não existe bloqueio algum o artista é livre para se comunicar com outros artistas, é uma coisa bem clara, bem transparente (Etedsued Pereira Carvalho).

Diante das falas dos entrevistados percebemos a grande dificuldade que os pintores enfrentam a cada dia, pois se torna um desafio para eles se locomoverem, mesmo com veículos adaptados, na maioria das vezes é necessária uma outra pessoa para auxiliar em suas saídas.

A dificuldade não é somente o transporte, mas também as calçadas, o acesso aos espaços públicos, no caso das pessoas que são tetraplégicas para saírem é necessário cuidado específico, tem que ter uma equipe médica para acompanhá-la.

A entrevistada Eliana Zagui, mora no Hospital das Clínicas há 32 anos e verbalizou que pode sair no período de 06 a 12 horas, porém a pessoa que a convida para sair tem que assinar um termo de responsabilidade, e há toda uma mobilização no hospital para cada saída e se faltar uma pessoa da equipe médica é motivo para cancelar a sua saída.

De acordo com o Decreto Nº 3.298 de 20/12/1999, Diário Oficial da União de 21/12/1999, regulamenta a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

No artigo I das disposições gerais informa que a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Cabe aos órgãos e as entidades do poder público assegurar à pessoa portadora de necessidades especiais o pleno exercício dos seus direitos básicos, inclusive dos direitos a educação, à saúde e ao trabalho, ao desporto ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo a infância e a maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem estar pessoal, social e econômico.

Através das entrevistas percebemos que esses direitos acabam sendo violados, as leis estão auto projetadas, porém isto não significa o direito em si, ou seja, estão instituídas mais na vida das pessoas portadoras de necessidades especiais não estão garantidas.

Portanto com relação ao exercício da cidadania, apesar de estarem trabalhando, devido às dificuldades com relação à acessibilidade, podemos dizer que não há o exercício pleno dessa cidadania por parte dos pintores.

A dinâmica de trabalho desenvolvido pelos pintores da APBP já é pensando nessa questão da locomoção, de acordo com a fala de uma das pintoras que pinta que com a boca e faz uso de cadeira de rodas:

Os trabalhos são realizados em casa...Enviamos quadros, periodicamente, para a associação sede (Suíça) (Daniela Cristina Caburro).

Procuramos saber a opinião dos pintores com relação às questões de trabalho e direitos dos portadores de necessidades especiais. As opiniões são as seguintes:

Com relação à acessibilidade, falta muito, se você comparar Brasil, EUA e Japão, não ta nem perto (...) (Eliana Zagui).

Tem muitas conquistas, só que para alcançar um bom nível o deficiente tem que se capacitar para preencher essas vagas porque a sociedade, as legislações, estão abrindo os "braços" para que a pessoa também ingresse no mercado de trabalho. Só que as pessoas precisam procurar isso, o salário de um deficiente precisa ser melhorado, pois para ele sair de casa dependendo da situação física dele, não sairá de casa para ganhar 400,00 reais, pois isto ganha do INSS. Tem melhorado muito, mas ainda não está bom, de ambas as partes, do governo e dos empresários e também de muitos deficientes. Na verdade como é muito agressiva a mudança de vida, a pessoa fica meio sem querer fazer nada, então não interessa em fazer um curso, não tem interesse em ter uma melhora de vida, na qualidade de vida (Etedsued Pereira Carvalho).

(...) eu tenho certeza que não teria que ser lei para dar oportunidade para quem tem o conhecimento (Gonçalo Borges).

Nesta frase, Gonçalo Borges, se refere à lei que estabelece um percentual de vagas para o portador de necessidades especiais nas empresas, o que no nosso entendimento ainda é muito pouco, já que a Carta de Direitos da ONU, coloca que todos são iguais, independente de qualquer tipo de limitação, neste sentido o acesso às oportunidades também deveria ser igual.

E com relação à acessibilidade, a fala de Eliana Zagui exprime a realidade dos portadores de necessidades especiais, pois ainda não temos uma sociedade preparada para garantir o ir e vir dos portadores de necessidades especiais aos equipamentos urbanos, a circulação em áreas públicas e aos sistemas de transportes.

Com relação à arte, diante da fala de Eliana Zagui abaixo, é possível entender a arte como um processo de criação e transformação, independente da pessoa possuir uma necessidade especial ou não, podendo levar a um trabalho consciente, ou seja, criar na imaginação antes de produzir.

Agora eu já consigo criar na minha cabeça, consigo imaginar algumas coisas e passar, tentar passar alguma idéia, no caso da Ursula²⁰ que é boa de desenho, passo para ela a minha idéia e a gente vai conversando tudo, estudando (...) (Eliana Zagui).

Um dos pintores traz em uma de suas falas o que a arte significa para ele:

²⁰ Ursula é Professora de Artes, a qual contribui para que Eliana Zagui aprimore suas técnicas com relação à pintura.

Muita coisa, a arte envolve uma sensibilidade para a vida para a alma. Ela também está presente em muitas coisas não somente na pintura, está presente no trabalho de um arquiteto, do lavrador do jardineiro. A arte existe em vários segmentos na dança no atletismo. A arte é vida e tem que estar na vida de todos. A arte e a pintura já vêm desde a época das cavernas a arte acompanha o homem há muito tempo, mesmo sem ele perceber, está presente em nossas vidas desde o momento que fomos concebidos (...) Os meus quadros demonstram o impressionismo, é assim que eu gosto de pintura renascentista, mais é como eu já falei do prazer do trabalho, ele me deixa nervoso eu não consigo ali afinando a pintura, preciso ter emoção quando estou pintando (Etedsued Pereira Carvalho).

A partir da fala de Etedsued é possível compreender que o trabalho artístico desenvolvido vai além da garantia da subsistência, o qual contribui no alcance da realização profissional, sendo a criação artística inerente ao ser humano, o que possibilita se reconhecer nessa criação.

E com relação ao segundo capítulo, o qual trata sobre a APBP, fica bem claro o caráter da associação com a fala de Gonçalo Borges:

A nossa associação não é entidade filantrópica, não é instituição de caridade, não é nada disso, ela é uma empresa realmente que arca com suas responsabilidades sociais e jurídicas. E o principal fundamento dela é beneficiar o artista que pela exclusão da sociedade e da dificuldade de estar incluso no mercado de trabalho, ele está na associação, porque ali ele recebe e ganha através da venda dos produtos.

Sendo que as facilidades e dificuldades para poder ingressar na APBP foram relatadas pelos pintores, são elas:

As facilidades é que ela é muito aberta, ela é muito aberta à aceitação, desde que ele tenha finalidade artística, quem for ingressar na APBP tem que ter o dom artístico ou que comece a desenvolver o trabalho artístico, não precisa ser

pintura, ele pode ser escultor, enfim ele pode fazer trabalhos manuais, colagem, bricolagem, enfim tudo que envolva o ramo da arte no sentido de pintura, escultura, ilustração, por exemplo, pode-se fazer uma dobradura, são coisas assim, desde que você faça e consiga fazer que seja reproduzido em um produto nosso, é aceito (...) Quanto às dificuldades, olha ele precisa constatar através da sua deficiência e a sua incapacidade de usar as mãos (os membros superiores) (...) Tem que ser constatado pelo médico através de provas circunstanciais físicas que ele não tem mais condições de usar os braços (Gonçalo Borges).

Não vejo nenhuma dificuldade...A única "exigência" da APBP é que os artistas pintem com a boca ou os pés e que as pinturas sejam de qualidade (Daniela Cristina Caburro).

Essa questão foi levantada pelos pesquisadores, devido o número de pintores que estão na APBP (31) diante do número de pessoas que são tetraplégicas ou que não possuem os movimentos dos membros superiores no Brasil. Através dos contatos com a APBP e com os pintores foi possível descobrir que a APBP está aberta para pessoas portadoras de necessidades especiais que pintam sustentando o pincel com a boca ou com os pés, sendo que deve se ter uma constatação médica de que a pessoa não pode utilizar as mãos, e também deve se enviar algumas obras para a Suíça para as mesmas serem avaliadas. Portanto qualquer pessoa nessas condições pode enviar as documentações e trabalhos para a Sede na Suíça para verificar a possibilidade de ingresso na APBB, mas segundo a própria associação é muito difícil se ter uma resposta negativa.

Também é muito importante para o nosso trabalho desvendar como é o processo de trabalho desenvolvido pelos pintores, qual o ritmo de trabalho, se há cobrança e se é exigida uma produtividade.

Olha, eles não exigem tanto a quantidade, eles exigem a qualidade, agora a gente fez uns quadros para as Olimpíadas de Pequim, as vezes não é sempre, eles dão um tema para a gente pintar, agora foi as olimpíadas, teve uns

anos atrás, faz uns 03 anos mais ou menos foi o tema da Amazônia, mostrando o que está acontecendo com a nossa Amazônia, o desmatamento, eu fiz os animais em extinção e eu fiz 04 quadros para o Amazônia, eu só me dediquei a esse tema (...) (Eliana Zagui).

Não! O artista é livre para criar para fazer tudo o que ele acha de qualidade, tudo depende do artista, do tema. Claro que cada artista tem que ter um visão comercial, porque este trabalho vai para cartões e esses cartões, vão para casas de pessoas para harmonizar, criar um bom clima e não um trabalho de reflexão negativa. Todo artista tem que ter o senso de criar algo que também vai trazer prazer para as outras pessoas e não para ele (Etedsued Pereira Carvalho).

Não, nós não somos cobrados assim por produtividade, nem por quantidade (Gonçalo Borges).

A APBP tem como foco principal à qualidade dos trabalhos, os quais são vendidos tanto no âmbito nacional quanto internacional, e para que os pintores possam concorrer com plena igualdade com qualquer pintor independente dele ter uma limitação ou não.

Quando as obras vão para a Suíça os pintores cedem os direitos autorais dessas obras, e Gonçalo Borges explica sobre essa questão que serve para entender um pouco mais sobre os trâmites administrativos.

(...) a gente cede os direitos autorais, quando nós fechamos contrato com a APBP a gente cede os direitos autorais, tudo que for produzir é, por exemplo, se eu for produzir um trabalho para a faculdade, nós temos que ter uma autorização de lá, porque nós cedemos nossos direitos autorais para eles e em função disso eles nos trocam com o ganho mensal (Gonçalo Borges).

Ao perguntar o que a APBP representa na vida dos pintores com a boca e os pés, chegamos a dois dos nossos objetos de pesquisa e a partir das respostas verificamos que o papel da APBP na vida dos pintores é propiciar uma vida independente, a autonomia, a satisfação em poder ganhar seu próprio sustento independente da caridade, e a auto-estima.

Ah, representa a vivência em todo o sentido, financeiro, autonomia, auto-estima, inclusão na sociedade digital, no trabalho, tudo, ela te proporciona tudo que um cidadão precisa, tudo o que uma pessoa precisa é isso que ela proporciona. Porque se você for viver da aposentadoria, entrar no INSS para reivindicar que você é deficiente, eles vão te pagar R\$ 300,00 ou R\$ 400,00 por mês como um aposentado (Gonçalo Borges).

Representa tudo! Vida com dignidade! Nossa independência (Daniela Cristina Caburro).

Um outro aspecto que os pesquisadores consideraram importante foi em entrevistar um pintor com deficiência adquirida, pois se a pessoa já nasce com uma limitação (deficiência congênita), no decorrer do seu desenvolvimento ela vai aprendendo a lidar com a sua limitação, mas no caso de alguém que venha a adquirir essa limitação no decorrer de sua vida social. Como será esse processo?

Depois que sofri o acidente começaram as perdas porque você perde em todos os sentidos, a gente tem perdas financeiras, perda moral, perda física, milhões de perdas que não tem como estimá-las (...) Quanto vale você pegar um filho no colo, levar um filho na praia, isto tem preço? As pessoas não te enxergam no mundo que você está, te acham incapaz para tudo, mesmo no mundo da pintura, quando eu comecei a pintar muitas pessoas não acreditavam em mim (Etedsued Pereira Carvalho).

O relato de Etedsued proporciona uma ótima reflexão, segundo alguns dados, no Brasil, 56,6% das deficiências são adquiridas, isso ocorre, principalmente, pelo aumento da violência urbana, todos os meses, cerca de 8.000 brasileiros adquirem uma deficiência em consequência de acidentes com arma de fogo (46%); acidentes de trânsito (30%) e outros (24%)²¹.

Muitas vezes a pessoa com deficiência adquirida acaba sendo atingida duas vezes, tanto pela violência quanto pelo preconceito com que a sociedade e até mesmo os familiares os tratam.

²¹ Dados extraídos de I.Social – Soluções em Inclusão Social. Disponível em: <http://www.isocial.com.br>. Acesso em 03 de Out 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi importante, no sentido de compreender que através do trabalho é possível se apropriar de conhecimento e adquirir condições de vida dentro de padrões de dignidade, independente de qualquer tipo de limitação.

Vivemos em uma época não só da precarização nas formas de trabalho, mas também das suas relações. Na falta do trabalho gera-se incerteza, angustias, para aqueles que sofrem diretamente com o desemprego e também para aqueles que o cercam.

Antes as pessoas sonhavam com um emprego estável com a carteira assinada, mas hoje com a instabilidade e a precarização do trabalho muitas pessoas sonham em ter o seu próprio negócio, através da atividade informal.

Com isto as atividades informais acabam se tornando uma estratégia para a população, como uma forma de se auto incluir no mundo do trabalho.

Não ser reconhecido como um trabalhador é não ter sonhos, ideais e propósitos para o futuro, que estão fundamentados no trabalho em si, quando isto acontece acabam as perspectivas com relação ao futuro, pois o mesmo se torna incerto, gera medo, insegurança e principalmente se a pessoa desempregada for o chefe da família.

Fazendo uma relação do mercado de trabalho com o portador de necessidades especiais existem ações indispensáveis para a integração do mesmo na sociedade e conseqüentemente no mercado de trabalho, é importante e necessário, a eliminação de barreiras arquitetônicas, a adaptação do local de trabalho e o tratamento igualitário.

Acreditamos que o associativismo é uma alternativa para os portadores de necessidades especiais, para se realizarem pessoalmente e também profissionalmente com autonomia.

Já que nesta forma de trabalho são os próprios trabalhadores que tomam as decisões de que maneira administrar o dinheiro e a maneira como o mesmo será investido, sendo uma forma democrática de administração.

É importante mencionar que visualizamos o associativismo como uma alternativa e não uma solução. Pode-se dizer que o associativismo aplicado dentro do modelo atual de sociedade enfrenta uma série de limitações, tendo em vista, as grandes dificuldades que algumas associações possuem principalmente ao começarem os seus trabalhos.

Vale também ressaltar a questão das associações ou cooperativas de fachadas que não se enquadram nos princípios da gestão democrática, mas atuam como tais para terem vantagens como a diminuição dos impostos.

O presente trabalho tinha como pressuposto que a participação do associativismo pode levar ao reconhecimento de qualidades, como a capacidade de ser pintor, possibilitando o enfrentamento da vida no exercício da cidadania e do resgate da auto-estima.

Nesse sentido percebemos que a APBP, apesar de não se adequar totalmente ao modelo de associação auto-gerida e com participação igualitária entre todos os seus membros, propicia aos pintores uma vida independente mesmo com as suas limitações. Todos são beneficiados com a satisfação em poder ganhar o próprio sustento, independente da caridade. Também possibilita aos seus associados o aprimoramento das técnicas já desenvolvidas por esses artistas, para que esses trabalhos possam competir no mercado nacional e internacional de maneira igual com os artistas que não possuem necessidades especiais.

No início do trabalho, os pesquisadores acreditavam que a APBP se pautava em todos os princípios associativistas, mas no decorrer do trabalho foi possível entender que um dos pontos que dificulta a vivência no associativismo é a locomoção, ou seja, a dificuldade de locomoção dos pintores brasileiros para irem as reuniões e assembléias para tomar decisões, em outros países; e também pelo fato da associação daqui do Brasil ser composta por uma maioria de bolsistas, sendo que a mesma possui somente dois associados.

Com relação ao aprimoramento das técnicas, isso é muito importante, pois para desenvolver a arte o artista necessita ter além da habilidade, conhecimento e técnicas, e assim poder expressar sua pintura através de telas e cores.

No caso da auto-estima, a mesma surge em decorrência de se estar inserido em uma atividade que possibilita transformar-se a partir de um aprendizado, e que ao mesmo tempo gera a satisfação tanto financeira quanto profissional.

O Serviço Social entende o trabalho como um meio de garantir a subsistência e a realização profissional, independente da pessoa possuir uma necessidade especial ou não. Portanto é necessário conhecer as alternativas de organização de grupos, para gerar trabalho e renda, com base no associativismo que pode propiciar a prática democrática, a participação e a independência econômica dos membros associados.

Um outro campo de trabalho no qual o Serviço Social também se insere e pode desenvolver um trabalho voltado para a arte e reabilitação de pessoas com necessidades especiais, é a arteterapia, a qual possibilita a comunicação e expressão do paciente com o mundo.

O conhecimento sobre as necessidades e possibilidades de sujeitos que mesmo com necessidades especiais constroem sua vida, poderá contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para essa

população, tendo o cooperativismo, associativismo e a arteterapia como alternativas para garantir o trabalho, auxiliar em tratamentos médicos e contribuir na construção da cidadania.

É preciso buscar alternativas para garantir que todos, independente de se ter limitação ou não, possam estar inseridos na dinâmica da sociedade.

No caso do Serviço Social se estivesse inserido na APBP um dos pontos a serem trabalhados por esse profissional é o trabalho junto às famílias dos pintores com a boca e os pés. Afinal em muitos casos há a dificuldade em garantir os cuidados necessários e às vezes na própria aceitação da família em se ter um membro com necessidade especial.

E a família é um pilar primordial para apoiar e fazer com que o portador de necessidade especial siga em frente com relação aos seus ideais, objetivos, inserção na sociedade e direitos que estão garantidos.

A partir do trabalho do Assistente Social com o portador de necessidade especial e sua família é possível ter um contato mais próximo com as famílias que estão estruturadas de diferentes modos, restaurar e fortalecer tanto os vínculos familiares quanto os sociais, trabalhar as fragilidades e o pertencimento, integração das famílias, propiciar campos de diálogos para troca de experiência e conhecimento, desenvolvimento das potencialidades, e contribuir para que os portadores de necessidade especiais junto com sua família sejam protagonistas de sua própria história.

O profissional pode utilizar-se de alguns instrumentos, entre eles, os grupos sócio-educativos, visitas domiciliares e plantões sociais, os quais possibilitam uma proximidade com a realidade vivida pelo portador de necessidade especial e sua família.

Vale ressaltar a importância de uma equipe interdisciplinar inserida nesse contexto, tendo profissionais de áreas como o Serviço Social,

Psicologia, Terapia Ocupacional, Direito, entre outros, o que possibilita a construção de uma prática com base na troca de conhecimentos e saberes entre as diversas áreas do conhecimento.

Um segundo ponto no qual essa equipe poderia contribuir é na disponibilização de cursos e oficinas temáticas, um projeto no sentido de propiciar aprendizado tanto aos bolsistas e membros da APBP quanto às pessoas que não possuem os membros superiores, mas não possuem habilidades de pintar com a boca e os pés e também não possuem condições de pagar um curso, sendo utilizados o espaço e recursos da APBP.

Essa proposta surge a partir do momento que percebemos a grande dificuldade financeira de alguns pintores antes de ingressarem na APBP, sendo que a mesma poderia contribuir para uma representatividade ainda maior da APBP.

E um último ponto seria aumentar os espaços de discussão, intercâmbio de sugestões e propostas entre os pintores através de recursos tecnológicos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda. Disponível em: <http://www.apbp.com.br/>. Acesso em 23 Abr 2007.

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em 09 Jun 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 5^o ed. Campinas: Cortez/Editora Unicamp, 1998.

_____. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 79-86, Abr. 1996.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BOLONHINI JUNIOR, Roberto. **Portadores de necessidades especiais: as principais prerrogativas e a legislação brasileira**. São Paulo: Arx, 2004.

BORGES, Livia; BRITO, Iara Maria Júlia Groszewicz (Coord.). **Reflexões e dicas para a saúde e qualidade de vida**. Brasília: Pró-Consciência, 2008.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. **Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana - Brasil Acessível**. Brasília, DF, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Márcia da Silva. O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 111-131, out. 2005.

CERIGONI, Francisco Núncio; RODRIGUES, Maria Paula. **Deficiência: uma questão política?** São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Questões Fundamentais do Cotidiano, 06).

CUENCA, Ângela Maria Belloni et al. **Guia de apresentação de teses**. 2º ed. São Paulo: A Biblioteca, 2006.

FARIA, Hamilton; GARCIA, Pedro. **Arte e identidade cultural na construção de um mundo solidário**. 2º ed. São Paulo: Pólis, 2003.

_____. Desenvolver-se com Arte. In: SEMINÁRIO DESENVOLVER-SE COM ARTE, 1998, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Pólis; 1999. p.176.

FERNANDES, Fátima; ROLLI, Claudia. Empresas descumprem cota para deficiente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 03 ago. 2008. Caderno Dinheiro, p. 8.

GRACIA, Frederico Antonio et al. **Deficiência com eficiência: Dos direitos da pessoa portadora de deficiência**. São Paulo: OAB-SP, 2008.

HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Luckács: algumas considerações sobre trabalho e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 05-29, mar. 2002.

I.Social – Soluções em Inclusão Social. Disponível em: <http://www.isocial.com.br>. Acesso em 03 de Out 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, v. 3, p. 09-32, 2001.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IASKIO, Emerson Leonardo Schmidt. A economia solidária diante da concorrência capitalista: Os limites econômicos da autogestão. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa, p. 119-143, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 22 Abr 2008.

LESSA, Sergio. Serviço Social e trabalho: Do que se trata? **Revista Temporalis**, Brasília, v. 2, p. 35-58, 2002.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

MOSER, Liliane. **Geração de trabalho, renda e inclusão social: Vivências de trabalhadores/as em empreendimentos econômicos solidários – Chapecó/SC**. 2006. 243 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos. **Introdução a sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PARREIRA, Vera Lucia Silva. **A arte-terapia aplicada a grupos de adolescentes expostos a violência: Uma experiência do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**. 2004. 59 p. Monografia de

conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade de Santo Amaro, São Paulo.

PERRONE, Daniela Santos. **Pintura de Boca e Pé**: Compreensão desse fazer enquanto propiciador de inserção social. 2007. 37 p. Monografia de conclusão de Curso (Graduação em Terapia Ocupacional) – Centro Universitário São Camilo, São Paulo.

RIBAS, João Batista Cintra. **O que são pessoas deficientes**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, 89).

Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <http://www.sebraees.com.br/manualempresario>. Acesso em 20 Nov 2007.

SILVA, Jacqueline Oliveira. Políticas públicas municipais de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 121-139, mar. 2002.

TASSO SOUZA, Valéria Carrijo; NEVES, Noemia Pereira. Enfrentando o mundo do trabalho: Relatos orais de pessoas com deficiência. **Serviço Social & Realidade**. Franca, p. 09-52, 2005.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki>. Acesso em 13 Dez 2007.

Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Liechtenstein>. Acesso em 17 Ago 2008.

ANEXOS

Anexo 1 – Tradução do Estatuto da Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda.

ESTATUTO DOS PINTORES

Membros e Bolsas:

Podem ser membros da associação todos os artistas pintores com a boca e os pés domiciliados em qualquer país do mundo sem antecedentes penais com 18 anos completos, os que não forem maiores de idade podem apresentar autorização de seu representante legal para filiar-se à associação, cujas obras são julgadas artisticamente pelos Jurados.

Membros de Pleno Direito ou Efetivo:

A qualidade de membro de pleno direito se adquire pela admissão à associação.

A solicitação do candidato deve ser apresentada pelos Jurados à Junta Diretiva.

A decisão definitiva sobre a admissão de um membro de pleno direito está reservada à Assembléia de Delegados. Os membros de pleno direito recebem honorários mensais, assim como eventuais remunerações extraordinárias anuais.

Membros Associados:

São considerados membros associados, os artistas pintores com a boca e os pés que tenham sido admitidos como tal pela Junta Diretiva proposta pelos Jurados.

É importante os salários a serem pagos aos associados, assim como as eventuais remunerações extras serão fixados em cada caso pela Junta Diretiva.

Membros de Honra:

A Junta Diretiva está autorizada propor à Assembléia de Delegados as pessoas que tenham prestado grandes serviços à Associação. A decisão definitiva a respeito se incumbe à Assembléia.

Bolsas e Bolsistas:

A Junta Diretiva tem o direito de oferecer bolsas a pessoas pintoras com a boca e os pés que podem ser admitidas como membros, seja por sua idade, pela qualidade de seus trabalhos e por outros motivos. Estas bolsas estão destinadas obrigatoriamente à formação dos bolsistas. O tempo de duração das bolsas concedidas são determinadas pela junta Diretiva, tomando como base a situação individual de cada bolsista.

Direitos autorais:

Os membros entregam suas obras a Junta Diretiva e ao editor que avalia e as designa.

Com sua admissão na associação, os membros autorizam para que exerça sem limitações os direitos autorais de suas obras.

Este direito da Associação continua em vigor sem restrições e limitações de tempo, inclusive em caso de falecimento dos membros.

Os membros e os bolsistas se declaram de acordo com o julgamento da qualidade artística de suas obras à serem julgadas por um júri definido pelo Estatuto. Os membros e os bolsistas se comprometem a produzir, atendendo a Junta Diretiva materiais de publicidade pintando com a boca e os pés.

Os órgãos da Associação são:

Assembléia Geral: É a Assembléia de todos os membros em pleno direito como delegados nomeados e membros associados.

A Assembléia Geral decide os mesmos assuntos que a Assembléia de Delegados, não obstante é de competência exclusiva da Assembléia Geral a decisão sobre a dissolução da Associação e a eleição do Presidente da Junta Diretiva.

Assembléia de Delegados:

O órgão supremo da Associação é a Assembléia de Delegados e a Assembléia Geral, caso esta tenha sido convocada, a Assembléia de Delegados tem que reunir-se pelo menos a cada três anos determinando a junta Diretiva o lugar da Assembléia. Somente podem eleger-se para delegados membros de pleno direito.

A Assembléia de Delegados se encarrega das seguintes tarefas:

- Modificação dos estatutos com uma maioria de 2/3 .
- Eleição da Junta Diretiva e aprovação de sua gestão.
- Decisões sobre monções apresentadas pela junta Diretiva.
- Decisão definitiva sobre proposições submetidas pela Junta Diretiva quanto à admissão ou recusa de solicitações de admissão.
- Decisão definitiva sobre a exclusão de membros.
- Nomenclatura de membros de honra e ortogamento de insígnias.
- Aprovação da situação contábil de informações da gestão do balanço e de informações dos órgãos de controle.

Junta Diretiva:

A Junta Diretiva da Associação se compõe de no mínimo três pessoas e o máximo de sete pessoas. Para ser membro da Junta Diretiva não é necessário ser membro da associação. Os membros da Junta Diretiva são eleitos pela Assembléia de Delegados e Assembléia Geral para as Assembléias de Delegados seguintes.

O Presidente / A presidente é eleito (a) pela Assembléia Geral para as três reuniões seguintes da Assembléia de Delegados. A Junta Diretiva leva os negócios da associação e a representa também fora.

A exceção do Presidente à Junta Diretiva se constitui a si mesma. O Presidente da Associação tem que ser um artista de nome, pintor com a boca ou pés com êxitos logrados em exposições internacionais.

Jurados:

O Jurado decide tudo que se refere a qualidade de uma obra, assim como as atividades em geral dos membros.

Formam parte deste júri, o Presidente da Associação, ou em caso de impedimento deste, um membro da Junta Diretiva e duas pessoas que devem ser pintores ou historiadores de arte reconhecidos. O júri submete a Junta Diretiva, os pedidos de admissão de artistas, pintores com a boca e os pés que desejam ser membros.

Anexo 2 – Legislação sobre o Portador de Necessidades Especiais.

1. Convenção 159 da OIT

Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração do Escritório Internacional do Trabalho e realizada nessa cidade em 1º de junho de 1983, em sua sexagésima nona reunião;

Tendo tomado conhecimento das normas internacionais existentes e contidas na Recomendação sobre a habilitação e reabilitação profissionais dos deficientes, 1955, e na Recomendação sobre o desenvolvimento dos recursos humanos, 1975;

Tomando conhecimento de que, desde a adoção da Recomendação sobre a habilitação e reabilitação profissional dos deficientes, 1955, foi registrado um significativo progresso na compreensão, das necessidades da reabilitação, na extensão e organização dos serviços de reabilitação e na legislação e no desempenho de muitos Países Membros em relação às questões cobertas por essa recomendação;

Considerando que a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou 1981 o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, com o tema “Participação plena e igualdade”, e que um programa de ação mundial relativo às pessoas deficientes permitiria a adoção de medidas eficazes a nível nacional e internacional para atingir metas de “participação plena” das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento, assim como de “igualdade”;

Depois de haver decidido que esses progressos tornaram oportuna a conveniência de adotar novas normas internacionais sobre o assunto, que levem em consideração, em particular, a necessidade de assegurar, tanto nas zonas rurais como nas urbanas, a igualdade de oportunidade e tratamento a todas as categorias de pessoas deficientes no que se refere a emprego e integração na comunidade;

Depois de haver determinado que estas proposições devam ter a forma de uma convenção, adota com a data de vinte de junho de mil novecentos e oitenta e três, a presente Convenção sobre reabilitação e emprego (pessoas deficientes), 1983.

PARTE I

Definições e Campo de Aplicação

Artigo 1

1. Para efeito desta Convenção, entende-se por “pessoa deficiente” todas as pessoas cujas possibilidades de obter e conservar um emprego adequado e de progredir no mesmo fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental devidamente comprovada.

2. Para efeitos desta Convenção, todo o País Membro deverá considerar que a finalidade da reabilitação profissional é a de permitir que a pessoa deficiente obtenha e conserve um emprego e progrida no mesmo, e que se promova, assim a integração ou a reintegração dessa pessoa na sociedade.

3. Todo País Membro aplicará os dispositivos desta Convenção através de medidas adequadas às condições nacionais e de acordo com a experiência (costumes, uso e hábitos) nacional.

4. As proposições desta Convenção serão aplicáveis a todas as categorias de pessoas deficientes.

PARTE II

Princípios da Política de Reabilitação Profissional e Emprego Para Pessoas Deficientes

Artigo 2

De acordo com as condições nacionais, experiências e possibilidades nacionais, cada País Membro formulará, aplicará e periodicamente revisará a política nacional sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes.

Artigo 3

Essa política deverá ter por finalidade assegurar que existam medidas adequadas de reabilitação profissional ao alcance de todas as categorias de pessoas deficientes e promover oportunidades de emprego para as pessoas deficientes no mercado regular de trabalho.

Artigo 4

Essa política deverá ter como base o princípio de igualdade de oportunidades entre os trabalhadores deficientes e dos trabalhadores em geral. Dever-se-á respeitar a igualdade de oportunidades e de tratamento

para as trabalhadoras deficientes. As medidas positivas especiais com a finalidade de atingir a igualdade efetiva de oportunidades e de tratamento entre trabalhadores deficientes e os demais trabalhadores não devem ser vistas como discriminatórias em relação a estes últimos.

Artigo 5

As organizações representativas de empregadores e de empregados devem ser consultadas sobre a aplicação dessa política e em particular sobre as medidas que devem ser adotadas para promover a cooperação e coordenação dos organismos públicos e particulares que participam nas atividades de reabilitação profissional. As organizações representativas de e para deficientes devem, também, ser consultadas.

PARTE III

Medidas a Nível Nacional para o Desenvolvimento de Serviço de Reabilitação Profissional e Emprego para Pessoas Deficientes

Artigo 6

Todo o País Membro, mediante legislação nacional e por outros procedimentos, de conformidade com as condições e experiências nacionais, deverá adotar as medidas necessárias para aplicar os Artigos 2, 3, 4 e 5 da presente Convenção.

Artigo 7

As autoridades competentes deverão adotar medidas para proporcionar e avaliar os serviços de orientação e formação profissional, colocação, emprego e outros semelhantes, a fim de que as pessoas deficientes possam obter e conservar um emprego e progredir no mesmo; sempre que for possível e adequado, serão utilizados os serviços existentes para os trabalhadores em geral, com as adaptações necessárias.

Artigo 8

Adotar-se-ão medidas para promover o estabelecimento e desenvolvimento de serviços de reabilitação profissional e de emprego para pessoas deficientes na zona rural e nas comunidades distantes.

Artigo 9

Todo País Membro deverá esforçar-se para assegurar a formação e a disponibilidade de assessores em matéria de reabilitação e outro tipo de pessoal qualificado que se ocupe da orientação profissional, da formação profissional, da colocação e do emprego de pessoas deficientes.

PARTE IV

Disposições Finais

Artigo 10

As ratificações formais da presente Convenção serão comunicadas para o devido registro, ao Diretor-Geral do Escritório Internacional do Trabalho.

Artigo 11

1. Esta Convenção obrigará unicamente aqueles Países Membros da Organização Internacional do Trabalho, cujas ratificações tenham sido registradas pelo Diretor-Geral.

2. Entrará em vigor doze meses após a data em que as ratificações de dois dos Países Membros tenham sido registradas pelo Diretor-Geral.

3. A partir desse momento, esta Convenção entrará em vigor, para cada País Membro, doze meses após a data em que tenha sido registrada sua ratificação.

Artigo 12

1. Todo País Membro que tenha ratificado esta Convenção poderá suspender, por um período de dez anos, a partir da data em que tenha sido posta inicialmente em vigor, mediante um comunicado ao Diretor-Geral do Trabalho, para o devido registro. A suspensão somente passará a vigorar um ano após a data em que tenha sido registrada.

2. Todo País Membro que tenha ratificado esta Convenção e que, no prazo de um ano após a expiração do período de dez anos mencionado no parágrafo anterior, não tenha feito uso do direito de suspensão previsto neste Artigo será obrigado, durante um novo período de dez anos, e no ano seguinte poderá suspender esta Convenção na expiração de cada período de dez anos, nas condições previstas neste Artigo.

Artigo 13

1. O Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho notificará todos os Países Membros da Organização Internacional do Trabalho, o registro do número de ratificações, declarações e suspensões que lhe forem comunicadas por aqueles.

2. Ao notificar os Países Membros da Organização, o registro da segunda ratificação que lhe tenha sido comunicada, o Diretor-Geral chamará

a atenção dos Países Membros da Organização sobre a data em que entrará em vigor a presente Convenção.

Artigo 14

O Diretor-Geral do Escritório Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário-Geral das Nações Unidas os efeitos do registro e de acordo com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, uma informação completa sobre todas as ratificações, declarações e ofícios de suspensão que tenham sido registrados de acordo com os Artigos anteriores.

Artigo 15

Cada vez que considere necessário, o Conselho Administrativo do Escritório Internacional do Trabalho apresentará na Conferência um relatório sobre a aplicação da Convenção, e considerará a conveniência de incluir na ordem do dia da Conferência a questão da revisão total ou parcial.

Artigo 16

1. No caso da Conferência adotar uma nova Convenção que implique uma revisão total ou parcial da presente, e a menos que uma nova Convenção contenha dispositivos em contrário:

a) a ratificação, por um País Membro, de novo Convênio, implicará, *ipso jure*, a notificação imediata deste Convênio, não obstante as disposições contidas no Artigo 12, sempre que o novo Convênio tenha entrado em vigor;

b) a partir da data em que entre em vigor o novo Convênio, o presente Convênio cessará para as ratificações pelos Países Membros.

2. Este Convênio continuará em vigor, em todo caso, em sua forma e conteúdo atuais, para os Países Membros, que o tenham ratificado e não ratifiquem um Convênio revisado.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES

Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75.

A Assembléia Geral

Consciente da promessa feita pelos Estados Membros na Carta das Nações Unidas no sentido de desenvolver ação conjunta e separada, em cooperação com a Organização, para promover padrões mais altos de vida, pleno emprego e condições de desenvolvimento e progresso econômico e social,

Reafirmando, sua fé nos direitos humanos, nas liberdades fundamentais e nos princípios de paz, de dignidade e valor da pessoa humana e de justiça social proclamada na carta,

Recordando os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Acordos Internacionais dos Direitos Humanos, da Declaração dos Direitos da Criança e da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas, bem como os padrões já estabelecidos para o progresso social nas constituições, convenções, recomendações e resoluções da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, do Fundo da Criança das Nações Unidas e outras organizações afins.

Lembrando também a resolução 1921 (LVIII) de 6 de maio de 1975, do Conselho Econômico e Social, sobre prevenção da deficiência e reabilitação de pessoas deficientes,

Enfatizando que a Declaração sobre o Desenvolvimento e Progresso Social proclamou a necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem-estar e reabilitação daqueles que estão em desvantagem física ou mental,

Tendo em vista a necessidade de prevenir deficiências físicas e mentais e de prestar assistência às pessoas deficientes para que elas possam desenvolver suas habilidades nos mais variados campos de atividades e para promover portanto quanto possível, sua integração na vida normal,

Consciente de que determinados países, em seus atual estágio de desenvolvimento, podem, desenvolver apenas limitados esforços para este fim.

PROCLAMA esta Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes e apela à ação nacional e internacional para assegurar que ela seja utilizada como base comum de referência para a proteção destes direitos:

1 - O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

2 - As pessoas deficientes gozarão de todos os direitos estabelecidos a seguir nesta Declaração. Estes direitos serão garantidos a todas as pessoas deficientes sem nenhuma exceção e sem qualquer distinção ou discriminação com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem social ou nacional, estado de saúde, nascimento ou qualquer outra situação que diga respeito ao próprio deficiente ou a sua família.

3 - As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

4 - As pessoas deficientes têm os mesmos direitos civis e políticos que outros seres humanos: o parágrafo 7 da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas (*) aplica-se a qualquer possível limitação ou supressão destes direitos para as pessoas mentalmente deficientes.

(*)O parágrafo 7 da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas estabelece: "Sempre que pessoas mentalmente retardadas forem incapazes devido à gravidade de sua deficiência de exercer todos os seus direitos de um modo significativo ou que se torne necessário restringir ou denegar alguns ou todos estes direitos, o procedimento usado para tal restrição ou denegação de direitos deve conter salvaguardas legais adequadas contra qualquer forma de abuso. Este procedimento deve ser baseado em uma avaliação da capacidade social da pessoa mentalmente retardada, por parte de especialistas e deve ser submetido à revisão periódicas e ao direito de apelo a autoridades superiores".

5 - As pessoas deficientes têm direito a medidas que visem capacitá-las a tornarem-se tão autoconfiantes quanto possível.

6 - As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social.

7 - As pessoas deficientes têm direito à segurança econômica e social e a um nível de vida decente e, de acordo com suas capacidades, a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos.

8 - As pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social.

9 - As pessoas deficientes têm direito de viver com suas famílias ou com pais adotivos e de participar de todas as atividades sociais, criativas e recreativas. Nenhuma pessoa deficiente será submetida, em sua residência, a tratamento diferencial, além daquele requerido por sua condição ou necessidade de recuperação. Se a permanência de uma pessoa deficiente em um estabelecimento especializado for indispensável, o ambiente e as condições de vida nesse lugar devem ser, tanto quanto possível, próximos da vida normal de pessoas de sua idade.

10 - As pessoas deficientes deverão ser protegidas contra toda exploração, todos os regulamentos e tratamentos de natureza discriminatória, abusiva ou degradante.

11 - As pessoas deficientes deverão poder valer-se de assistência legal qualificada quando tal assistência for indispensável para a proteção de suas pessoas e propriedades. Se forem instituídas medidas judiciais contra elas, o procedimento legal aplicado deverá levar em consideração sua condição física e mental.

12 - As organizações de pessoas deficientes poderão ser consultadas com proveito em todos os assuntos referentes aos direitos de pessoas deficientes.

13 - As pessoas deficientes, suas famílias e comunidades deverão ser plenamente informadas por todos os meios apropriados, sobre os direitos contidos nesta Declaração.

Resolução adotada pela Assembléia Geral da Nações Unidas 9 de dezembro de 1975 Comitê Social Humanitário e Cultural

Anexo 3 – Roteiro das Entrevistas.

Nome: _____

Endereço: _____

Idade: _____

Grau de Escolaridade: _____

Posição que ocupa na APBP – Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda.: _____

1 – Há quanto tempo você está na APBP – Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda.?

2 – Como você ficou sabendo do trabalho da APBP? E o que levou a procurar pela associação?

3 – Como era a sua vida antes de ingressar na APBP? Houve mudanças?

4 – Existe oportunidade de crescimento na APBP? Quais são os caminhos?

5 – O que a APBP representa na vida dos pintores com a boca e os pés?

6 – Quais as facilidades e dificuldades para poder ingressar na APBP?

7 – O trabalho desenvolvido na APBP permite o resgate da auto-estima e a independência econômica?

8 – Você mora com quem? E qual é o nível da renda familiar?

9 – Você recebe o BPC – Benefício de Prestação Continuada?

10 – Como é o processo de trabalho desenvolvido pelos pintores? (ritmo de trabalho / se o trabalho é desenvolvido em casa / se há cobrança / se é exigida uma produtividade, se sim de quantos quadros).

11 – Como é o processo de criação de sua obra de arte? E o que a obra expressa para você?

12 – Como são tomadas as principais decisões da APBP? Qual o grau de participação dos pintores brasileiros na gestão da Associação? Vocês se reúnem periodicamente para trocar experiências?

13 – Como são feitos os trâmites de documentação? Existe um representante?

14 – Antes de ingressar na APBP, já havia trabalhado em outros lugares? Como era esse trabalho?

15 – O que o trabalho significa para você?

17 – Qual a sua opinião com relação às questões de trabalho e direitos dos portadores de necessidades especiais?

Anexo 4 – Termo de Consentimento



Universidade de Santo Amaro

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa – **Associativismo e arte como alternativas de construção de vida dos portadores de necessidades especiais** -, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador(a) principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: Associativismo e arte como alternativas de construção de vida dos portadores de necessidades especiais.

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Carolina de Fátima Hipolito

ENDEREÇO: Rua Niterói, 332 – Jd. Vista Alegre – Embu das Artes – SP

TELEFONE: (11) 4704-2235 (Res.) / (11) 7684-6852 (Cel.) / (11) 4668-9240 (Com.)

PESQUISADORES PARTICIPANTES: Dalvadásia Almeida Rodrigues e Fabiano Macedo da Silva.

PATROCINADOR: Não tem

OBJETIVOS: O objetivo primordial da pesquisa consiste em entender as transformações ocorridas na vida dos associados da Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda., através do desenvolvimento de um trabalho associado que permite a criação artística.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Se concordar em participar da pesquisa, você terá que responder a uma entrevista (gravada ou não) sobre o trabalho que é desenvolvido na Associação dos Pintores com a Boca e os Pés Ltda. Essas informações serão utilizadas para contribuir na construção do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, da Faculdade de Serviço Social.

RISCOS E DESCONFORTOS: Não há.

BENEFÍCIOS: A pesquisa propiciará a divulgação dos trabalhos artísticos dos pintores com a boca e os pés, permitindo que outras pessoas tenham conhecimento desse trabalho acompanhado do desenvolvimento artístico.

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Os sujeitos de pesquisa não arcarão com nenhum gasto decorrente da sua participação (entrevista, sessão de estudos, exames laboratoriais, etc.). As consultas, exames, tratamentos deverão ser totalmente gratuitos, não recebendo nenhuma cobrança com o que será realizado. Os participantes da pesquisa não

receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Garantia de sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, somente serão divulgados dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____



Universidade de Santo Amaro

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____,
 portador do RG Nº _____ e CPF
 Nº _____, declaro que li as informações contidas
 nesse documento, fui devidamente informado(a) pelo pesquisador(a) -
 _____ - dos procedimentos
 que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos
 participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em
 participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a
 qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda
 que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

LOCAL E DATA:

São Paulo, _____ de Julho de 2008.

NOME E ASSINATURA DO SUJEITO OU RESPONSÁVEL (menor de 21
 anos):

 (Nome por extenso)

 (Assinatura)

Anexo 5 – Alguns países em que a APBP está presente.

América	Europa	Ásia	África	Oceania
Argentina	Alemanha	Azerbaijão	África do Sul	Austrália
Brasil	Áustria	Bangladesh	Etiópia	Nova Zelândia
Canadá	Bélgica	Cingapura	Madagascar	
Chile	Chipre	Coréia do Sul	Malawi	
Colômbia	Dinamarca	Filipinas	Nigéria	
Cuba	Eslováquia	Índia	Quênia	
Estados Unidos	Eslovênia	Indonésia	Tunísia	
Guatemala	Espanha	Irã	Zaire	
México	Estônia	Israel		
Peru	Finlândia	Japão		
Venezuela	França	Malásia		
	Grã-Bretanha	China		
	Grécia	Tailândia		
	Holanda	Taiwan		
	Hungria	Vietnã		
	Irlanda			
	Itália			
	Liechtenstein			
	Malta			
	Noruega			
	Polônia			
	Portugal			
	Romênia			
	Suécia			
	Suíça			
	Turquia			

Anexo 6 – Fotos

Mega Artesanal 2008 (02 a 06/07/2008 no Centro de Exposições Imigrantes - SP).



As pesquisadoras Carolina e Dalvadisía na entrada da Mega Artesanal.



Stand com exposição das obras de artes.



Daniela Caburro – Pinta com a boca.



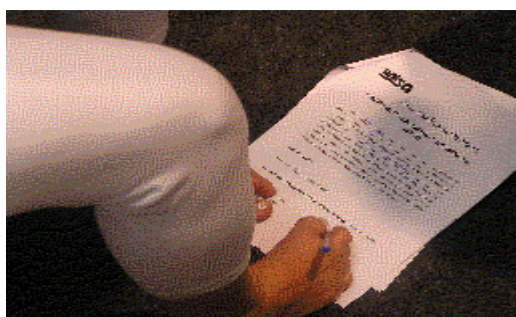
Daniela Caburro



As pesquisadoras, Carolina e Davadísia, com Daniela Caburro.



Novamente as pesquisadoras acompanhadas de Daniela Caburro e Rita Boz.



Rita Boz – Pintora com os pés assina o termo de consentimento.

Entrevista com Eliana Zagui (realizada em 25/07/2008 no Hospital das Clínicas).



Eliana Zagui



Eliana Zagui e Ursula (Professora de Arte).



Eliana Zagui pinta com a boca.



Os pesquisadores Carolina, Dalvadásia e Fabiano junto com Eliana Zagui.

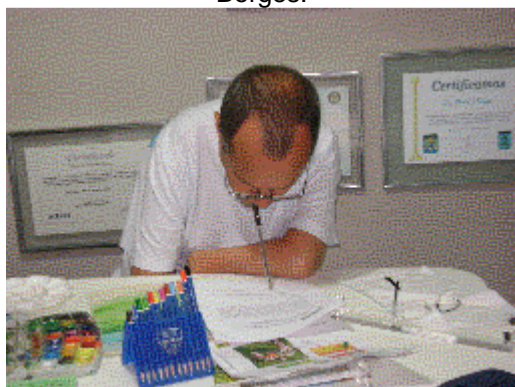


Dalvadásia e Fabiano junto com Ursula.

Entrevista com Gonçalo Borges (realizada em 28/07/2008 na casa do pintor).



A pesquisadora Dalvadisía com Gonçalo Borges.



Gonçalo Borges assina o termo de consentimento para realização da entrevista.



Gonçalo Borges e a pesquisadora Carolina.